



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA E
CONTABILIDADE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E
CONTROLADORIA

SHAILA NAIARA VIEIRA MAIA

RELAÇÃO DO ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA (ISP-RPPS) E INDICA-
DORES SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

FORTALEZA

2025

SHAILA NAIARA VIEIRA MAIA

RELAÇÃO DO ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA (ISP-RPPS) E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará – UFC, como requisito à obtenção do título de Mestre em Administração. Área de concentração: Gestão organizacional.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Adriano Santos Gomes Gordiano.

FORTALEZA

2025

SHAILA NAIARA VIEIRA MAIA

RELAÇÃO DO ÍNDICE DE SITUAÇÃO PREVIDENCIÁRIA (ISP-RPPS) E INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da Universidade Federal do Ceará, como requisito para obtenção do título de mestre. Área de Concentração: Gestão organizacional.

Orientadora: Prof. Dr. Carlos Adriano Santos Gomes Gordiano

Aprovada em: __/__/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Adriano Santos Gomes Gordiano (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Denise Maria Moreira Chagas Corrêa
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Samuel de Oliveira Durso
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

FORTALEZA

2025

A Deus e ao meu marido.

AGRADECIMENTOS

Eis que me encontro vivendo a experiência acadêmica de concluir um mestrado. Ao chegar aqui, vejo, com imensa alegria, o quanto evolui e o quanto ainda tenho a crescer. Tantas pessoas me tornaram capaz de chegar até aqui e precisam ser merecidamente agradecidas.

À Deus, que me sustentou com incontáveis bênçãos e lições em diversos momentos.

Ao meu marido, Paulo, a pessoa mais leve, dedicada e persuasiva que eu conheço, que me fez acreditar que eu conseguiria ser mestre, me apoiou incondicionalmente em todos os momentos, principalmente nas experiências potencialmente catastróficas ou incrivelmente divertidas que eu quis nos meter.

Às *Masters Girls*, Raquel, Luana, Marta e Micheli, pela amizade imbatível que tornaram esses desafiadores dois anos em incontáveis momentos de diversão, cumplicidade e aprendizado. Vocês são incríveis e eu sou eternamente grata por tê-las em minha vida.

À Lu Muriell, por nunca sair do meu lado e me lembrar, sempre que necessário, que eu tinha com quem contar. A sua determinação, amizade e lealdade são inspiradoras, e eu sou profundamente feliz de te ter na minha vida.

Ao meu orientador, o professor Carlos Adriano, e aos professores Denise Corrêa e Samuel Durso, pelas valiosas contribuições com o objetivo de tornar o meu trabalho melhor e mais significativo.

A todos os professores que, ao longo desse caminho, deixaram sua contribuição em mim através de novos saberes e perspectivas de vida.

*“O sistema de governo mais perfeito é aquele que produz maior soma de felicidade possível,
maior soma de seguridade social e maior soma de estabilidade política”*

(Simón Bolívar, 1819).

RESUMO

Os RPPS desempenham papel central na sustentabilidade fiscal e na proteção social dos servidores públicos municipais. A necessidade de avaliação de sua performance motivou a criação do Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS), pela Secretaria de Previdência, do Ministério da Previdência Social brasileiro. No entanto, sua análise isolada pode não capturar as condições estruturais dos municípios. Nesse contexto, torna-se relevante investigar a relação entre os resultados do ISP-RPPS e variáveis socioeconômicas. Do ponto de vista metodológico, trata-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva e exploratória, baseada em análise documental e estatística. Utilizou-se como fonte de dados o ISP-RPPS divulgado pela Secretaria de Previdência, referente aos anos de 2019 a 2024, e indicadores socioeconômicos disponibilizados pelo IBGE. A pesquisa aplicou estatísticas descritivas para caracterização da amostra, técnicas de análise de correlação para verificar relações entre variáveis e representação gráfica para observar padrões espaciais. Os resultados demonstram que municípios com maiores níveis de desenvolvimento socioeconômico tendem a apresentar melhor desempenho no ISP-RPPS. Tal constatação reforça a hipótese de que a capacidade de gestão previdenciária está associada à estrutura econômica e social do município. Por outro lado, em municípios de pequeno porte, a existência de RPPS não necessariamente se traduz em sustentabilidade financeira, sugerindo que fatores institucionais e técnicos também exercem forte influência. O estudo evidencia que a análise do ISP-RPPS deve ser contextualizada dentro das condições locais de desenvolvimento e que políticas públicas integradas entre previdência e desenvolvimento regional são fundamentais para fortalecer a solvência dos regimes. Dessa forma, a principal contribuição desse estudo remete à análise da interassociação entre indicadores socioeconômicos e de gestão previdenciária podendo se tornar uma ferramenta para análises de sustentabilidade e adequabilidade e possibilitar o desenvolvimento de políticas públicas direcionadas à área.

Palavras-chave: ISP-RPPS; Previdência Social; Indicadores Socioeconômicos.

ABSTRACT

The RPPS are key to the fiscal sustainability and in ensuring social protection for municipal public servants. The need to evaluate their performance motivated the creation of the Social Security Situation Index (ISP-RPPS) by the Secretariat of Social Security of the Brazilian Ministry of Social Security. However, its isolated analysis may not capture the structural conditions of municipalities. In this context, it is relevant to investigate the relationship between ISP-RPPS results and socioeconomic variables. From a methodological perspective, this is a quantitative, descriptive, and exploratory study, based on document and statistical analysis. The data sources included the ISP-RPPS published by the Secretariat of Social Security for the years 2019 to 2024 and socioeconomic indicators provided by IBGE. Descriptive statistics were applied to characterize the sample, correlation analysis techniques were used to verify relationships between variables, and graphical representation was employed to observe spatial patterns. The results show that municipalities with higher levels of socioeconomic development tend to perform better in the ISP-RPPS. This finding reinforces the hypothesis that pension management capacity is associated with the municipality's economic and social structure. On the other hand, in small municipalities, the existence of RPPS does not necessarily translate into financial sustainability, suggesting that institutional and technical factors also exert strong influence. The study highlights that the analysis of the ISP-RPPS must be contextualized within local development conditions and that integrated public policies linking social security and regional development are essential to strengthen the solvency of these regimes. Thus, the main contribution of this study lies in the analysis of the interassociation between socioeconomic indicators and pension management indicators, which may become a tool for assessing sustainability and adequacy and to enable the development of public policies directed at the area.

Keywords: RPPS; Social Security; Socioeconomic Indicators;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Percurso metodológico	38
--	----

LISTA DE FÓRMULAS

Fórmula 1 - Fórmula do indicador de regularidade	27
Fórmula 2 - Fórmula do indicador de envio das informações	28
Fórmula 3 - Fórmula do indicador de suficiência financeira	29
Fórmula 4 - Fórmula do indicador de acumulação de recursos	29
Fórmula 5 - Fórmula do indicador de Cobertura dos Compromissos Previdenciários	30

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Evolução histórica legal dos RPPS no Brasil	22
Quadro 2 – Agrupamentos realizados para o ISP-RPPS	26
Quadro 3 – Sequência de combinações: Indicador Gestão e Transparência	30
Quadro 4 – Sequência de combinações: Indicador Situação Financeira	31
Quadro 5 – Sequência de combinações: Indicador Situação Atuarial	31
Quadro 6 – Sequência de combinações: Classificação Final do ISP-RPPS	31
Quadro 7 – Classificação da amostra quanto ao porte e à maturidade segundo ISP-RPPS	37
Quadro 8 – Variáveis da pesquisa e fontes de coleta e referência dos dados utilizados	38
Quadro 9 – Design da pesquisa	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição dos municípios estudados de acordo com os estados	42
Tabela 2 – Distribuição dos municípios de acordo com as regiões	43
Tabela 3 – Condição de capital dos municípios brasileiros	43
Tabela 4 – Distribuição dos municípios de acordo com o porte	44
Tabela 5 – Composição dos municípios de acordo com a maturidade	44
Tabela 6 – Composição dos indicadores socioeconômicos entre municípios-capitais e demais municípios	45
Tabela 7 – Composição dos indicadores socioeconômicos de acordo com o porte	46
Tabela 8 – Composição dos indicadores socioeconômicos de acordo com a maturidade	46
Tabela 9 – Performance dos indicadores socioeconômicos por região.....	47
Tabela 10 – Composição dos segurados entre municípios-capitais e outros municípios	47
Tabela 11 – Composição dos segurados de acordo com o porte	48
Tabela 12 – Composição dos municípios de acordo com a maturidade	48
Tabela 13 – Composição dos segurados de acordo com a região	49
Tabela 14 – Composição dos resultados do ISP-RPPS por ano	50
Tabela 15 – Composição dos segurados de acordo com o ISP-RPPS	52
Tabela 16 – Relação entre ISP-RPPS e indicadores sociodemográficos	54
Tabela 17 – Correlação entre indicadores socioeconômicos e o ISP-RPPS	55
Tabela 18 – Correlação entre as regiões e o ISP-RPPS	55
Tabela 19 – Correlação entre municípios-capitais e o ISP-RPPS	56
Tabela 20 – Análise multivariada entre regiões e o ISP-RPPS	57
Tabela 21 – Análise multivariada entre maturidade e o ISP-RPPS	57
Tabela 22 – Análise multivariada entre os indicadores socioeconômicos e o ISP-RPPS	58
Tabela 23 – Caracterização de ISP-RPPS nos clusters gerados	59
Tabela 24 – Caracterização do perfil de municípios nos clusters gerados	59

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
RPPS	Regime Próprio de Previdência Social

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	22
2.1 Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).....	22
2.2 Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS)	24
2.3 Indicadores socioeconômicos	33
2.4 Estudos empíricos anteriores.....	35
3 PERCURSO METODOLÓGICO	37
3.1 Tipologia da pesquisa	37
3.2 População e amostra.....	38
3.3 Coleta de dados	38
3.4 Análise de dados	40
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	43
4.1 Perfil dos municípios	43
4.2 Indicadores socioeconômicos	46
4.3 Composição dos segurados	48
4.4 ISP-RPPS.....	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS	644

1 INTRODUÇÃO

Nesta introdução, será apresentada a contextualização e objetivos propostos do presente estudo, bem como sua relevância acadêmica e social, além dos aspectos metodológicos utilizados.

A Constituição Federal (CF) de 1988 determinou os parâmetros atualmente conhecidos da Seguridade Social, compreendida como um conjunto de ações integradas que compõem uma rede de proteção social composta pelo tripé da Saúde, Assistência Social e Previdência Social, sendo esta o objeto do presente estudo. Além de moldar as principais características da seguridade social atual, a CF de 1988 possibilitou uma série de liberdades aos entes federativos, principalmente no âmbito municipal (Leão *et al.*, 2020).

Leão *et al.* (2020) traz ainda que a municipalização transferiu autonomia para os entes no tocante ao autogoverno, auto-organização, autoadministração e a capacidade normativa própria. Dentre estas autonomias, está a possibilidade de criação dos Regimes Próprios de Previdência Social, os RPPS, justificada pela vantagem da proximidade entre os atores envolvidos, gestor municipal e sociedade local, o que permitiria maior assertividade quanto ao rumo tomado da gestão pública, uma vez que o gestor público é um representante escolhido pelo cidadão.

Assim, é importante considerar que o Brasil possui três tipos de regimes de previdência social: i) o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), gerenciado pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), que assiste aos empregados da iniciativa privada, trabalhadores(as) domésticos, avulsos, rurais e facultativos, além de contribuintes individuais e tem caráter compulsório; ii) o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), por sua vez, organizado individualmente mediante aderência por cada município, estado e pela União, contemplando todos os servidores titulares de cargo efetivo conforme previsto no art. 40 da Constituição Federal, sua gestão é realizada por uma unidade gestora, que pode ser uma secretaria independente municipal, estadual ou vinculada a algum ministério, sendo responsável por administrar as obrigações e direitos do regime. Assim como o RGPS, tem caráter compulsório; iii) o Regime de Previdência Complementar (RPC), administrado por entidades abertas ou fechadas com supervisão do Estado, é o único dos três que não é compulsório, ou seja, tem filiação facultativa, e atende àqueles que buscam complementar os seus proventos de aposentadoria, tanto os filiados pelo RGPS como pelos RPPS.

Com o passar do tempo, as mudanças sociais sofridas pelo desenvolvimento da sociedade passaram a gerar preocupações com o equilíbrio financeiro e atuarial dos regimes de previdência ao redor do mundo.

Sob a perspectiva fiscal, segundo Relatório do IPEA 2015 (Caetano, 2015), os RPPS representam parcela considerável do orçamento de estados e municípios, uma vez que o aumento das despesas com benefícios previdenciários – aposentadorias e pensões por morte – e a insuficiência de arrecadação para cobrir as despesas geram pressões significativas sobre o orçamento, dada assim a importância da constante busca por solvência do sistema previdenciário brasileiro (Neris, 2021; Braga *et al.*, 2020; Caetano, 2015).

Ainda nesta perspectiva, a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP) destaca a respeito da responsabilidade do Estado em repassar os recursos financeiros necessários para o pagamento de benefícios previdenciários, na hipótese de as receitas previdenciárias serem insuficientes (Anfip, 2019), reiterando a relevância essencial de um regime previdenciário estável para assegurar a estabilidade social e o bem-estar da sociedade brasileira como um todo (Reis; Casagrande, 2023).

No âmbito social, os RPPS garantem a proteção social de cerca de 4,2 milhões de servidores públicos e seus dependentes, conforme consta no Relatório Final de Resultados do ISP de 2024, publicado pela Secretaria de Previdência. Em paralelo, dentre as 5.568 entidades federativas municipais no Brasil apontadas pela Secretaria de Previdência (SPREV), em 2024, 2.111 municípios possuem Regime Próprio de Previdência Social em funcionamento, representando 38% do total.

De acordo com Relatório Final Consolidado de 2023 (Brasil, 2023), publicado pela Secretaria de Previdência, cerca de 4,4% da população brasileira é beneficiária direta de algum Regime Próprio de Previdência Social, compreendendo cerca de 9,6 milhões de segurados, o que evidencia a relevância e impacto na economia do país.

Do ponto de vista econômico, a necessidade de reformas nos regimes de previdência tem sido amplamente discutida, principalmente no contexto das mudanças demográficas e da pressão sobre as finanças públicas (Neris, 2021). Segundo Reis e Casagrande (2023), o equilíbrio atuarial e financeiro dos RPPS é crucial para a saúde fiscal dos entes federados, pois déficits nesse regime podem levar a pressões sobre o orçamento público, comprometendo a capacidade de investimento e a oferta de serviços públicos.

As reformas são essenciais para evitar a deterioração dos RPPS, garantindo que possam continuar cumprindo seu papel sem comprometer o equilíbrio fiscal dos entes federados (Quintanilha; Profeta; Méria, 2019; Reis; Casagrande, 2023). Apesar disso, de acordo com o

Banco Mundial (2022), entre 2010 e 2020, houveram cerca de 291 reformas na América Latina com o objetivo de resolver lacunas na cobertura de benefícios previdenciários e aliviar a pressão fiscal que o sistema provoca no orçamento público, porém, muitas delas não apresentaram o efeito desejado.

Em resumo, como consequências às falhas de um sistema previdenciário ineficiente, insustentável e frágil estão: i) o déficit fiscal; ii) a pressão por reformas estruturais; iii) o risco ao colapso financeiro; iv) a fragilidade na economia local; além da v) limitação da capacidade de investimento e implementação de políticas públicas efetivas por parte da gestão pública (Quintanilha; Profeta Méria, 2019; Braga *et al.*, 2020; Reis; Casagrande, 2023), afetando, assim, não somente os beneficiários diretos, mas a sociedade como um todo.

Tal situação é potencializada pelos 889 RPPS, dos 2.111, que apresentam classificação “C” no Indicador de suficiência financeira, conforme Secretaria de Previdência (Brasil, 2024), representando quase 40% de RPPS que possuem receitas previdenciárias insuficientes para cobrir as despesas previdenciárias previstas (Brasil, 2024).

Segundo Costanzi, Ansiliero e Paiva (2016), as despesas previdenciárias correspondem a mais da metade da despesa primária da União, além de ter efeitos em outros gastos que afetam a dívida pública. Além disso, os referidos autores estimam que as despesas previdenciárias chegam a cerca de 12% do PIB, número esperado para países com uma constituição de idosos na pirâmide etária duas vezes maior que a do Brasil.

Por isso, é preocupante a potencial expansão de cenários de “rombo previdenciário”, como em estados como Rio de Janeiro (Mercês; Freire, 2017), São Paulo e Rio Grande do Sul (Lopreato, 2008).

Conforme abordado por Mercês e Freire (2017), muitos estados encontram-se em situação delicada quanto à insolvência, em um contexto agravado pelo descumprimento dos limites determinados pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Tais descumprimentos colocam em risco a sociedade e as próprias instituições, com fechamento de empresas, redução de empregos e queda da arrecadação de impostos, receitas do governo utilizadas para aplicação e desenvolvimento de políticas de bem estar social.

Em escala ainda maior, alguns países já sinalizam problemas no gerenciamento dos seus sistemas previdenciários, como é o caso da Grécia, que relutou em implementar reformas consideradas profundas, sendo posteriormente obrigada a adotar medidas de ajuste mais severas (Costanzi; Ansiliero; Paiva, 2016).

Como apontam Anfip (2019) e Nogueira (2012), é responsabilidade dos entes públicos – União, estados e municípios – garantir o pagamento dos benefícios previdenciários,

mesmo quando os RPPS não conseguem manter o equilíbrio financeiro, ou seja, uma relação positiva entre receitas e despesas que assegure recursos suficientes para custear os benefícios de acordo com o parágrafo único, do artigo 8º, na Lei 10.887/04. Diante disso, observa-se a intensificação da pressão fiscal e financeira sobre os orçamentos públicos.

Assim, sendo os recursos dos orçamentos municipais provenientes de transferências da União, repasses estaduais e de atividades econômicas locais (Marconato; Parré; Coelho, 2021), em caso de colapso dos RPPS, faz-se necessária a intervenção da gestão municipal para alocar recursos do orçamento público para honrar os pagamentos dos benefícios. Com o comprometimento da verba municipal destinado à previdência, as políticas públicas das demais áreas sociais perdem espaço e podem ser descontinuadas, impactando na qualidade de vida da sociedade e, consequentemente, nos indicadores socioeconômicos relacionados.

Apesar das mudanças sociais serem apontadas como as grandes responsáveis pela situação atual dos regimes de previdência (Neris, 2021), é fundamental às gestões públicas se mostrarem atentas e eficientes em buscarem soluções eficazes para contornar tais consequências para a sociedade (Chaves; Thomaz, 2008). Leite Filho e Fialho (2015), baseados em experiências exitosas observadas em países como Nova Zelândia, os da Comunidade Europeia e Estados Unidos, salientam como fundamental a criação de indicadores que possibilitem o monitoramento de resultados e a disponibilização de informações para a elaboração de diagnósticos que apoiem e avaliem a efetividade das ações governamentais.

Dentre os indicadores, há uma série de grupos encontrados que podem ser considerados para utilização, como indicadores contábeis, financeiros, sociais, econômicos, de gestão, de *compliance*, entre uma variedade de outros. No tocante a esta pesquisa, serão estudados indicadores socioeconômicos e de gestão, uma vez que eles podem ser utilizados como um reflexo das gestões municipais e seus resultados (Leite Filho; Fialho, 2015).

Para tanto, foram escolhidos os dados relacionados ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, ao PIB *per capita* e ao salário médio. Tais indicadores são comumente utilizados em estudos (Reis, 2022; Marconato; Parré; Coelho, 2021; Daniel; Saraiva, 2020) que buscam agrupar, caracterizar e comparar os municípios, regiões e estados afim de buscar semelhanças e estabelecer relações que possam ser utilizadas para compreensão da realizada observada.

Para bons resultados em tais indicadores socioeconômicos é necessária uma gestão focada em resultados, que tenha políticas públicas sérias e comprometidas com o bem estar social, bem como disponibilidade financeira para investimentos que beneficiem toda a

sociedade (Quintanilha; Profeta; Méria, 2019), reiterando a necessidade de se atenuar as falhas do sistema previdenciário atual.

No tocante à gestão, é possível encontrar vários estudos abordando a relevância da gestão pública no dia a dia de uma sociedade (Farias *et al.*, 2016; Silva; Crisóstomo, 2019; Söthe; Visentini; Kegel, 2018; Barros Filho; Côrtes; Nogueira, 2020) bem como a necessidade de implementação de mecanismos de gestão para melhor direcionamento das ações e recursos públicos (Leite Filho; Fialho, 2015; Souza; Almeida; Gomes, 2022).

Já referente aos RPPS, Calazans *et al.* (2013) revelam que estes, em sua maioria, realizam somente uma parte das obrigações de sua competência por variadas limitações, destacando-se a lacuna de integração dos poderes e a fragilidade técnica e gerencial dos gestores.

Na busca pelo desenvolvimento de mecanismos de controle para ajudar na sustentabilidade previdenciária, a Secretaria da Previdência criou o Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS), em 2017, com o objetivo de incentivar a melhoria da gestão previdenciária do país e possibilitar o controle social de cada regime previdenciário (Brasil, 2017).

Segundo a Secretaria de Previdência Social (Brasil, 2017), o ISP-RPPS tem como objetivos: promover visibilidade da situação previdenciária dos servidores públicos; fornecer critério objetivo de comparabilidade entre os RPPS; possibilitar o controle social; incentivar a melhoria da gestão previdenciária.

Nesse contexto, entendendo a relevância dos RPPS para sociedade brasileira, seu impacto fiscal e no orçamento público, é possível analisar os indicadores socioeconômicos e o ISP-RPPS, a fim de averiguar possíveis comportamentos dos entes municipais no tocante aos indicadores estudados, levantando informações relevantes e trazendo luz ao debate das fragilidades do sistema previdenciário.

Com base no exposto, surge a seguinte questão de pesquisa: Qual é a relação entre o Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS) e os indicadores socioeconômicos dos municípios do Brasil que possuem RPPS?

Dessa forma, este estudo tem como hipótese a associação direta entre os resultados de ISP-RPPS e os indicadores socioeconômicos dos municípios estudados, na qual, acredita-se que municípios com melhores resultados de ISP-RPPS apresentam melhores indicadores socio-demográficos (Chavarry, Lima e Wilbert, 2019), partindo do pressuposto que, com um sistema previdenciário saudável e sustentável, a gestão pública não precisa intervir no custeio dos benefícios previdenciários, de forma a direcionar o orçamento para outras ações que fomentem o bem estar econômico e social.

Assim, o presente estudo tem como objetivo principal analisar a gestão municipal dos RPPS a partir do Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS) e os indicadores socioeconômicos dos municípios do Brasil que possuem RPPS.

Como objetivos específicos, buscar-se-á:

- a) identificar performance histórica de desempenho do ISP-RPPS dos municípios estudados no período de 2019 a 2024;
- b) verificar discrepâncias dos ISP-RPPS e indicadores socioeconômicos entre regiões brasileiras;
- c) observar o comportamento dos resultados encontrados por região geográfica e porte.

Para o primeiro objetivo específico, supõe-se que, com o passar do tempo, o desempenho histórico do ISP-RPPS melhore uma vez que o RPPS necessita de determinado tempo para entender e se adequar aos requisitos do indicador, conforme alegam Chavarry, Lima e Wilbert (2019).

Para o segundo objetivo específico, levanta-se a hipótese de que há diferenças significantes entre os resultados de ISP-RPPS e indicadores socioeconômicos entre as regiões brasileiras, tendo em vista as particularidades existentes de cada região, como abordam Lima *et al.* (2011).

Para o terceiro objetivo específico, acredita-se que, devido ao porte dos municípios e sua região, é possível encontrar diferenças significantes entre os resultados, como abordam Calazans *et al* (2013) e Chiliatto-Leite (2017).

Do ponto de vista social, apesar da relevância dos Regimes Próprios de Previdência Social para os servidores públicos efetivos do Brasil, como é possível ser vista ao analisar-se a amplitude de recursos financeiros tratados, bem como os impactos sociais que podem vir a desestruturar toda a economia regional e nacional, além das consequências econômicas grandiosas previstas, é possível dizer que há poucos estudos no tocante ao assunto.

Em revisão de literatura realizada na plataforma Periódicos, da CAPES, foram encontrados 91 artigos publicados, buscando pelo termo “regime próprio de previdência social”, sem qualquer outro tipo de filtro, evidenciando a baixa abrangência de estudo no referido tema.

Do ponto de vista cronológico, estudos sobre RPPS no Brasil vieram a surgir somente a partir de 2003, ano do primeiro estudo encontrado, mesmo a criação dos RPPS acontecendo desde 1988, com a promulgação da Constituição Federal (CF), que é considerada marco na história da previdência social brasileira (Braga *et al.*, 2020). Assim, o presente estudo

contribuirá para o entendimento da realidade previdenciária brasileira e buscará promover avanços na área, que ainda apresenta lacunas a serem exploradas (Leite Filho; Fialho, 2015).

Outrossim, do ponto de vista econômico, a década de 1980 marcou uma intensa crise econômica brasileira, bem como um processo de retomada do Estado democrático, além da pressão sobre os sistemas de previdência social a nível mundial em decorrência de fatores como a mudança de padrões demográficos, a redução significativa da natalidade, o aumento das expectativas de sobrevivência e a necessidade de competitividade das economias tendo em vista a globalização cada vez mais forte (Braga *et al.*, 2020).

Desse modo, a presente pesquisa possui uma justificativa social devido à sua contribuição para o setor da previdência social, pois busca analisar possíveis comportamentos dos Índice de Situação Previdenciária – ISP-RPPS e os indicadores socioeconômicos que podem ser reflexos da gestão dos municípios brasileiros.

Em relação à contribuição prática, os achados tem potencial de elucidar questões do setor e fundamentar futuras ações no tocante à gestão pública municipal (Leite Filho; Fialho, 2015).

A metodologia do presente trabalho seguirá cinco etapas, sendo a primeira, a coleta dos dados referentes aos resultados ISP-RPPS dos anos de 2019 a 2024; a segunda compreenderá a coleta de dados dos indicadores socioeconômicos estudados; a terceira compreenderá a tabulação dos dados em planilhas de Excel; a etapa seguinte, a quarta, aplicará os testes estatísticos necessários; e, por último, na quinta etapa, acontecerá a análise geral dos resultados encontrados.

Esta dissertação está estruturada em cinco seções, incluindo esta introdução, que apresenta uma breve contextualização sobre a pesquisa, os objetivos, justificativa e estruturação do trabalho. A segunda seção consiste na revisão de literatura sobre os Regimes Próprios de Previdência Social, o Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS) e estudos anteriores publicados. A terceira seção aborda os procedimentos metodológicos, a quarta seção a análise e discussão dos dados, e, por fim, a quinta seção apresenta a conclusão com os principais achados da pesquisa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Nesta seção, será apresentado um apanhado teórico sobre os Regimes Próprios de Previdência Social, o Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS), bem como dos indicadores socioeconômicos estudados. Por fim, apresentam-se alguns estudos anteriores realizados sobre o referido objeto.

2.1 Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS)

A Previdência Social trata-se de um direito fundamental, faz parte do tripé da Seguridade Social, juntamente com a Saúde e a Assistência Social, e tem como objetivo garantir o bem estar da população, além de ser crucial para a funcionamento da economia e da sociedade como um todo (Farias *et al.*, 2016).

No Brasil, a história da Previdência Social ganhou os contornos conhecidos hoje com o fim do regime autoritário e a promulgação da Constituição Federal de 1988, tendo sofrido reformas ao longo das décadas de lá para cá. De forma resumida, é possível destacar os principais momentos históricos da previdência social no Brasil, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Evolução histórica legal dos RPPS no Brasil

Período	Evento relevante	Impacto para os RPPS
Antes de 1988	Iniciativas isoladas de estados e municípios.	Criação pontual de RPPS por alguns entes federativos.
Entre 1988 a 1998	Promulgação da Constituição Federal de 1988, que estabeleceu a possibilidade de entes federativos instituírem seus RPPS.	Aumento gradual na criação de RPPS por estados e municípios.
Entre 1998 a 2003	Aprovação da Emenda Constitucional nº 20/1998 e Lei nº 9.717/1998, que estabeleceram normas gerais para os RPPS.	Expansão na criação de RPPS, com muitos entes buscando adequar-se às novas normas.
Entre 2003 a 2019	Emenda Constitucional nº 41/2003, que introduziu reformas nos regimes próprios	Continuidade na criação e consolidação dos RPPS existentes.
A partir de 2019 até presente momento.	Emenda Constitucional nº 103/2019, que promoveu a reforma da previdência	Reestruturação dos RPPS existentes e proibição de criação de novos regimes.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Em um contexto de reformas no Regime Geral de Previdência e de tentativas pela redução nos gastos, uma vez que as alíquotas do RPPS seriam menores que as aplicadas no RGPS, muitos municípios brasileiros decidiram por instituir seus regimes previdenciários destinados aos seus servidores (RPPS).

A partir de 1988, então, a criação dos Regimes Próprios ganhou espaço e passou a desempenhar papel significativo na economia brasileira, sendo fundamentais para a sustentabilidade financeira dos entes federativos e a manutenção dos direitos previdenciários dos servidores públicos, sendo possível de ser observado claramente a partir de meados dos anos de 1990 e a primeira metade dos anos 2000 (Miranda; Medeiros; Castro, 2021).

Albuquerque *et al.* (2020) salientam que o desequilíbrio enfrentado nos dias atuais é decorrente de problemas de gestão que remontam à criação dos RPPS, quando as contribuições não eram repassadas aos institutos de previdência, uma vez que o intuito da criação era fugir das pesadas contribuições previdenciárias obrigatórias ao RGPS, e controladas pela União.

A partir daí, gradativamente, cada município optou por instituir (ou não) o seu regime próprio de previdência social, constituídos mediante lei de cada ente federativo, com a finalidade de prover os direitos previdenciários dos servidores públicos titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, devendo assegurar o caráter contributivo e solidário, e o equilíbrio financeiro e atuarial, em consonância com os preceitos dos artigos 40, 149, § 1º e 249 da Constituição Federal (Brasil, 2021).

Dos 5.568 municípios brasileiros reconhecidos, há atualmente 2.117 que possuem Regime Próprio de Previdência Social instituído (Brasil, 2023), o que compreende 38% do total de municípios existentes, sendo o restante contribuintes do RGPS.

Em números absolutos, representa cerca de 7,6 milhões de segurados, entre segurados ativos, aposentados e pensionistas, sob a responsabilidade dos regimes próprios municipais, estaduais e do governo federal sendo 3,7 milhões relacionados à regimes próprios municipais, conforme “Resultado Preliminar Individualizado de 2024”, publicado pela Secretaria de Previdência Social (SPREV).

Nas últimas décadas, governos ao redor do mundo passaram a olhar a questão previdenciária com mais cuidado e preocupação devido aos esquemas de financiamento previdenciário vigentes entrarem em crise. As estimativas do Banco Mundial (2022) apresentaram que os sistemas de benefícios da América Latina exigem subsídios que representam cerca de 44% dos custos totais, ameaçando a sustentabilidade dos regimes previdenciários e afetando a sociedade como um todo pelo comprometimento de recursos públicos.

Os motivos são diversos e estão relacionados a vários fatores, como os sociais: o aumento da longevidade, baixo índice da taxa de natalidade, redução da arrecadação devido à diminuição do número de segurados, aumento de benefícios concedidos, aumento do tempo de concessão de tais benefícios; bem como os de gestão, tais como: desvio de recursos, gestão

ineficiente, existência de benefícios sem fonte de custeio e políticas paternalistas (Farias *et al.*, 2016).

No Brasil, entre as suas três modalidades de Previdência Social – o RGPS, o RPC e o RPPS, mencionadas anteriormente na seção de Introdução – a maior preocupação está concentrada no Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, devido ao crescente número de servidores inativos e na perda de contribuições previdenciárias ativas transformadas em benefício previdenciário de fato.

Albuquerque *et al.* (2020) reiteram ainda que tanto o RGPS como o RPPS baseiam-se no sistema de repartição simples, no qual os trabalhadores ativos financiam os benefícios previdenciários concedidos, porém, para que esse sistema funcione, é necessário que haja reposição de trabalhadores ativos, a fim de que as contribuições ativas mantenham suficientes para pagar os benefícios concedidos.

O envelhecimento populacional e, conseqüentemente, redução da base da pirâmide demográfica, é um fenômeno que acontece em vários países em estágio mais avançado, como México, Chile, Peru, Colômbia, Argentina e Uruguai, por exemplo, onde os sistemas previdenciários já passaram por reformas mais radicais impulsionadas por governos autoritários (Albuquerque *et al.*, 2020).

Em outra vertente, Guimarães (2023) traz a evolução do plano de custeio do RPPS da União e a efetividade no financiamento de um sistema de proteção sustentável, evidenciando a fragilidade do plano de custeio e o enfraquecimento da base de financiamento. Como solução, aponta a necessidade da redução do Estado visando o controle de gastos públicos.

Matos, Melo e Simonassi (2013) abordam que a conexão entre a estrutura demográfica em processo de inversão (mais idosos e menos jovens), os aspectos laborais da sociedade brasileira, a má gestão dos recursos previdenciários (com a preferência pelo sistema de repartição simples) e as despesas previdenciárias, que estão acima da média internacional de países semelhantes ao Brasil, potencializam o quadro de desajuste e insustentabilidade previdenciária.

Daí então, com o objetivo de verificar e realizar a gestão dos recursos previdenciários de forma adequada e eficiente, tornou-se imprescindível a utilização de mecanismos de controle (Leão *et al.*, 2020) com o objetivo de assegurar a sustentabilidade e solvência dos RPPS, haja vista sua relevância econômica e social, conforme exposto.

2.2 Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS)

Historicamente, a gestão previdenciária utilizou-se de diversos mecanismos de controle para buscar entender as complexas realidades e informações que giravam em torno dos entes, conforme menciona Lima e Diniz (2016) ao sugerir o uso de análise vertical, horizontal, de tendências e financeira comparada a fim de extrair informações financeiras que possibilitem demonstrar o desempenho financeiro do ente.

Leão *et al* (2020) menciona a criação do IDIM (Indicador de Desenvolvimento Institucional Municipal), com o objetivo de buscar entender se as diversidades intermunicipais, além de estarem relacionadas às questões socioeconômicas, podem estar relacionadas aos diferentes arranjos institucionais presentes em cada um dos entes. Já Fagundes, Cruz e Santos (2018) abordam a utilização de indicadores baseados em ativos e passivos atuariais para capturar a situação de financiamento dos regimes previdenciários.

Considerando a história da administração pública no Brasil marcada por diversos exemplos de má gestão de recursos, falta de compromisso social dos gestores públicos, colaborando para elevados índices de corrupção e endividamento econômico (Leite Filho; Fialho, 2015; Farias *et al*, 2016), a criação do ISP-RPPS foi pensada para torná-lo instrumento-chave na implementação de uma gestão de resultados, com os objetivos de promover visibilidade da situação do sistema de previdência dos servidores públicos, fornecer critério objetivo de comparabilidade entre os referidos regimes, possibilitar o controle social e incentivar a melhoria da gestão previdenciária (Brasil, 2019).

O ISP-RPPS foi instituído pela Portaria MF nº 01/2017 e classificado com base nas informações e dados encontrados em registros do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social (CADPREV) e dos relatórios, informações e dados contábeis, orçamentários e fiscais exigidos pela Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Brasil, 2020) que são enviados pelos RPPS à SPREV.

Com periodicidade anual, o indicador ISP-RPPS é utilizado como base para a definição de perfil de risco atuarial dos RPPS, conforme Portaria MPE nº 464, de 2018.

A fim de tornar possíveis comparações e resultados encontrados dos RPPS, a Secretaria de Previdência agrupou os regimes próprios através do porte, em cinco categorias (Brasil, 2019):

- a) Porte Especial, para os RPPS dos estados e do Distrito Federal;
- b) RPPS dos municípios:
 - b.1) Grande porte: para aqueles que possuem quantidades de segurados ativos, aposentados e pensionistas esteja entre os regimes que representem 5% (cinco por cento) das maiores quantidades;

- b.2) Médio porte: para aqueles que apresentem quantidades de segurados ativos, aposentados e pensionistas esteja abaixo aos de grande porte e acima da mediana;
- b.3) Pequeno porte: aqueles que não foram classificados como grande ou médio porte;
- c) Porte não classificado: não enviaram as informações relativas à quantidade de segurados.

Além disso, dentro de cada grupo de porte – pequeno, médio e grande – os RPPS foram subdivididos de acordo com estrutura da maturidade da massa de segurados e beneficiários do regime.

Tal maturidade é obtida através da divisão do número de segurados ativos (dividendo) pelo número de aposentados e pensionistas (divisor), com o objetivo de captar o grau de antiguidade do regime, ou seja, perceber a proporção entre servidores ativos (dividendo) e aposentados e pensionistas (divisor), conforme Portaria MPE 14.762/2020.

A classificação desse agrupamento pode ser de duas formas:

- a) Maior maturidade ou estrutura de massa menos favorável: quando o quociente é um número baixo, situando o resultado da divisão de maturidade abaixo da mediana do seu respectivo grupo (grande, médio ou pequeno porte);
- b) Menor maturidade ou estrutura de massa mais favorável: quando o quociente é um número alto, situando o resultado da divisão de maturidade em um nível igual ou superior da mediana do seu respectivo grupo.

Para ficar melhor evidenciado, é possível visualizar os agrupamentos realizados para o cálculo do ISP-RPPS, através do Quadro 2.

Quadro 2 – Agrupamentos realizados para o ISP-RPPS

Porte	Maturidade
Porte especial	Não possui
Grande porte	Maior maturidade ou Menor maturidade
Médio porte	Maior maturidade ou Menor maturidade
Pequeno porte	Maior maturidade ou Menor maturidade
Não classificado	Não possui

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Ainda segundo a SPREV, as classificações do ISP-RPPS compreendem uma escala de “A” a “D”, na qual A é a melhor e D a pior classificação, com o objetivo de ter-se uma

categorização em níveis da situação previdenciária de cada RPPS, bem como possibilitando uma definição de perfil atuarial (Brasil, 2019).

Segundo a SPREV, a classificação é determinada com base em alguns indicadores e cada um deles recebe uma nota “A”, “B” ou “C”:

- a) os resultados dos indicadores dos RPPS, são ordenados de forma crescente, dentro do grupo (“Estados/DF” e “Porte não Classificado”) e dos subgrupos por razão de maturidade “Maior Maturidade” e “Menor Maturidade” (para os RPPS Municipais dos grupos “Grande Porte”, “Médio Porte” e “Pequeno Porte”);
- b) os RPPS cujos resultados do indicador se situarem até o primeiro tercil, ou seja, entre a parcela correspondente a um terço dos resultados e constituída por aqueles com menor valor do indicador, obtiveram a classificação “C”;
- c) os RPPS cujos resultados dos indicadores forem iguais ou superiores ao primeiro tercil, ou seja, que fiquem compreendidos na segunda parte, cujos resultados são superiores aos da primeira parte e inferiores aos da terceira, foram classificados como “B”;
- d) os RPPS que fiquem na terceira parte dos dados dos indicadores do grupo ou do subgrupo, correspondente aos maiores indicadores do grupo ou subgrupo, obtiveram a classificação “A”.

Nessa perspectiva, foram utilizados os seguintes indicadores:

I – Gestão e transparência do RPPS:

- a) Indicador de Regularidade: é composto por 29 critérios que atestam sobre a regularidade do ente e visa verificar a conformidade dos entes federativos quanto ao cumprimento dos critérios exigidos para a emissão do CRP, tem como consequência a emissão do Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP. A pontuação é dada de acordo com o resultado da seguinte fórmula:

Fórmula 1 – Fórmula do indicador de regularidade

$$= \frac{x}{29} \cdot \frac{t}{365} \cdot \left(1 - \frac{DJ}{29}\right)$$

Onde:

- “x”, o número de critérios registrados no extrato previdenciário do RPPS no CADPREV na situação de “regular” ou “em análise”, em 31/12/2018;
- “t”, a quantidade de dias de CRP vigente no ano base (2018), calculados entre a data de emissão do CRP e a data de vencimento dos CRP’s emitidos para o ente federativo, cujo período de vigência tenha contemplado algum dia do exercício de 2018;

- DJ, número de critérios do extrato previdenciário do RPPS que estavam irregulares no CADPREV em 31/12/2018 e com a situação de “decisão judicial”;
- 29, o número de critérios do extrato previdenciário exigíveis para fins do CRP, previstos no extrato previdenciário do CADPREV, em 31/12/2018.

Fonte: Brasil (2019).

- b) Indicador de Envio de Informações: visa verificar o grau de transparência dos entes federativos em relação ao envio dos demonstrativos obrigatórios, sendo i) Demonstrativo de Resultado de Avaliação Atuarial – DRAA; ii) Demonstrativo da Política de Investimentos – DPIN; iii) Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR; iv) Demonstrativos de Aplicações e Investimentos dos Recursos - DAIR, por meio do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social – CADPREV e do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI. A formulação para este critério segue:

Fórmula 2 – Fórmula do indicador de envio de informações

$$= \frac{DRAA (1,00) + DPIN (1,00) + DIPR \left(\frac{2p \text{ por } DIPR \text{ enviado}}{6} \right) + DAIR \left(\frac{1p \text{ por } DAIR \text{ enviado}}{12} \right)}{4}$$

Onde:

- DRAA, Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial, relativo ao ano de publicação do ISP-RPPS, com posição da avaliação em 31 de dezembro do ano anterior (no caso do ISP-RPPS 2019 foi considerado o DRAA de 2019);
- DPIN, Demonstrativo da Política de Investimentos, relativa ao ano de publicação do ISP-RPPS (no caso do ISP-RPPS 2019 foi considerado o DPIN de 2019);
- DIPR, Demonstrativos de Informações Previdenciárias e Repasses, relativos aos bimestres do ano anterior ao de publicação do ISP-RPPS (no caso do ISP-RPPS 2019 foram considerados os DIPR de 2018);
- DAIR, Demonstrativos de Aplicações e Investimentos dos Recursos, relativos aos meses do ano anterior ao de publicação do ISP-RPPS (no caso do ISP-RPPS 2019 foram considerados os DAIR de 2018).

Fonte: Brasil (2019).

- c) Indicador de Modernização da Gestão: visa identificar os RPPS que adotaram melhores práticas de gestão previdenciária, tendo por base as informações relativas à obtenção de certificação institucional do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios - Pró-Gestão RPPS.

As classificações do Indicador de Modernização da Gestão do ISP-RPPS levam em consideração as certificações obtidas no Pró-Gestão RPPS, sendo atribuídas as notas da seguinte forma:

- a) “A”, em caso de RPPS certificado com níveis de aderência III e IV;
- b) “B”, em caso de RRPS certificado com níveis de aderência I e II;

- c) “C”, em caso de RPPS que não obtiveram certificação em níveis de aderência do Pró-Gestão RPPS.

II – Situação financeira do RPPS:

- a) Indicador de Suficiência Financeira: busca avaliar o grau de cobertura das despesas do RPPS pelas receitas do regime e corresponderá à razão do valor anual de receitas pelo valor anual de despesas previdenciárias. As receitas e despesas previdenciárias contemplam os fundos em capitalização (plano previdenciário) e em repartição (plano financeiro). A fórmula para este critério segue:

Fórmula 3 – Fórmula do indicador de suficiência financeira

$$= \frac{\text{Total das receitas previdenciárias anuais}}{\text{Total das despesas previdenciárias anuais}}$$

Onde:

- Os valores das receitas e despesas utilizado no Indicador de Suficiência Financeira corresponderam aos informados no Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias, Anexo 4 do RREO relativo ao 6º bimestre do ano anterior ao ISP-RPPS;
- As receitas se referem ao somatório dos valores informados no campo “TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS” relativos ao Plano Previdenciário e ao Plano Financeiro;
- As despesas se referem ao somatório dos valores informados no campo “TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS” relativos ao Plano Previdenciário e ao Plano Financeiro.

Fonte: Brasil (2019).

- b) Indicador de Acumulação de Recursos: visa avaliar capacidade do RPPS de acumular recursos para o pagamento dos benefícios previdenciários e corresponderá à divisão do acréscimo ou decréscimo anual das aplicações de recursos pelo total de despesas previdenciárias do ano. A fórmula para este critério segue:

Fórmula 4 – Fórmula do indicador de acumulação de recursos

1ª Etapa: *Acréscimo (ou decréscimo) financeiro* =

Saldo de Aplicações (ano anterior) – Saldo de Aplicações (2 anos anteriores)

2ª Etapa:

$$= \frac{\text{Acréscimo (ou Decréscimo) Financeiro no ano (aplicações financeiras e disponibilidades)}}{\text{Total de Despesas Previdenciárias Anuais}}$$

Fonte: Brasil (2019).

III – Situação atuarial do RPPS:

- a) Indicador de Cobertura dos Compromissos Previdenciários: visa avaliar a solvência do plano de benefícios e corresponderá à divisão dos valores das provisões matemáticas previdenciárias pelos das aplicações financeiras e disponibilidades do RPPS, não sendo consideradas as informações relativas aos Sistemas de Proteção Social dos Policiais Militares dos Estados e Distrito Federal para apuração do ISP-RPPS. A formulação para este critério segue:

Fórmula 5 – Fórmula do indicador de Cobertura dos Compromissos Previdenciários

$$= \frac{\text{Aplicações Financeiras} + \text{Disponibilidades (DAIR (último mês do ano anterior))}}{\text{Provisão matemática de Benefícios a Conceder} + \text{Provisão matemática de benefícios concedidos (DRAA do ano)}}$$

Fonte: Brasil (2019).

Cada indicador parcial acima mencionado recebe uma classificação de “A”, “B” ou “C”. Para a determinação da classificação de “A” a “D”, é realizada uma combinação de sequência previamente dos indicadores determinada pela SPREV.

Conforme quadro 3, é possível ver as sequências possíveis de resultados para o Indicador de Gestão e Transparência.

Quadro 3 – Sequência de combinações: Indicador Gestão e Transparência

COMBINAÇÕES	INDICADOR DE REGULARIDADE	INDICADOR DE ENVIO DE INFORMAÇÕES	INDICADOR DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO	CLASSIFICAÇÃO EM GESTÃO E TRANSPARÊNCIA
AAA	A	A	A	A
AAB	A	A	B	A
ABA	A	B	A	A
BAA	B	A	A	A
AAC	A	A	C	B
ABB	A	B	B	B
ABC	A	B	C	B
ACA	A	C	A	B
ACB	A	C	B	B
BAB	B	A	B	B
BAC	B	A	C	B
BBA	B	B	A	B
BBB	B	B	B	B
BCA	B	C	A	B
CAA	C	A	A	B
CAB	C	A	B	B
CBA	C	B	A	B
ACC	A	C	C	C
BBC	B	B	C	C
BCB	B	C	B	C
BCC	B	C	C	C
CAC	C	A	C	C

CBB	C	B	B	C
CBC	C	B	C	C
CCA	C	C	A	C
CCB	C	C	B	C
CCC	C	C	C	C

Fonte: SPREV (Brasil, 2019).

As combinações apresentadas mostram os resultados possíveis para cada indicador que compõe a sessão de Gestão e Transparência. De acordo com a sequência de resultados obtidos é possível determinar a classificação do Indicador em Gestão e Transparência.

No quadro 4, encontram-se as sequências possíveis de resultados para o Indicador de Situação Financeira.

Quadro 4 – Sequência de combinações: Indicador Situação Financeira

COMBINAÇÕES	INDICADOR DE SUFICIÊNCIA FINANCEIRA	INDICADOR DE ACUMULAÇÃO DE RECURSOS	CLASSIFICAÇÃO EM SITUAÇÃO FINANCEIRA
AA	A	A	A
AB	A	B	A
BA	B	A	A
AC	A	C	B
BB	B	B	B
BC	B	C	B
CA	C	A	B
CB	C	B	B
CC	C	C	C

Fonte: SPREV (Brasil, 2019).

As combinações apresentadas mostram os resultados possíveis para cada indicador que compõe a sessão de Situação Financeira. A sequência de resultados obtidos determina a classificação desse indicador.

No quadro 5, é possível observar as sequências disponíveis para o Indicador de Situação Atuarial.

Quadro 5 – Sequência de combinações: Indicador Situação Atuarial

INDICADOR DE COBERTURA DOS COMPROMISSOS PREVIDENCIÁRIOS	CLASSIFICAÇÃO EM SITUAÇÃO ATUARIAL
A	A
B	B
C	C

Fonte: SPREV (Brasil, 2019).

Para o quadro 5, que apresenta as combinações da sessão de Situação Atuarial, como só há 1 indicador que compõe a referida sessão, o resultado dele é a própria classificação da sessão.

E, por fim, no quadro 6, há as sequências disponíveis para a Classificação final do ISP-RPPS.

Quadro 6 – Sequência de combinações: Classificação Final do ISP-RPPS

COMBINAÇÕES	CLASSIFICAÇÃO PARCIAL DOS INDICADORES			CLASSIFICAÇÃO FINAL DO ISP-RPPS
	GESTÃO E TRANSPARÊNCIA	SITUAÇÃO FINANCEIRA	SITUAÇÃO ATUARIAL	
AAA	A	A	A	A
AAB	A	A	B	B
AAC	A	A	C	B
ABA	A	B	A	B
ABB	A	B	B	B
ACA	A	C	A	B
BAA	B	A	A	B
BAB	B	A	B	B
BBA	B	B	A	B
CAA	C	A	A	B
ABC	A	B	C	C
ACB	A	C	B	C
ACC	A	C	C	C
BAC	B	A	C	C
BBB	B	B	B	C
BBC	B	B	C	C
BCA	B	C	A	C
BCB	B	C	B	C
CAB	C	A	B	C
CAC	C	A	C	C
CBA	C	B	A	C
CBB	C	B	B	C
CCA	C	C	A	C
BCC	B	C	C	D
CBC	C	B	C	D
CCB	C	C	B	D
CCC	C	C	C	D

Fonte: SPREV (Brasil, 2019).

No caso quadro 6, vê-se o apanhado dos resultados possíveis em cada uma das três sessões que compõe o ISP-RPPS: a de Gestão e Transparência, a de Situação Financeira e a de Situação Atuarial. A sequência de resultados obtidos em cada sessão será determinante para a classificação final do ISP-RPPS.

Uma vez apresentado a respeito dos regimes próprios e a relevância da utilização do ISP-RPPS, na seção seguinte, abordaremos sobre os indicadores socioeconômicos e o seu papel neste estudo.

2.3 Indicadores socioeconômicos

Por definição, os indicadores socioeconômicos são fundamentais para o planejamento e a formulação de políticas públicas (Leite Filho; Fialho, 2015). Eles permitem que os gestores públicos identifiquem características e necessidades específicas da população, possibilitando a criação de políticas direcionadas.

Ainda segundo Leite Filho e Fialho (2015), o uso de indicadores socioeconômicos facilita a alocação eficiente de recursos, garantindo que as políticas públicas sejam mais eficazes e atendam às reais demandas da sociedade, compreendendo os desafios e complexidades que uma gestão pública pode enfrentar.

Tais indicadores socioeconômicos tem o poder de refletir, de forma clara, as disparidades e semelhanças entre unidades federativas, sejam elas municipais, estaduais ou regionais, e evidenciar os resultados das ações governamentais ao longo do tempo (Chavarry; Lima; Wilbert, 2019).

No presente estudo, foram utilizados os indicadores IDHM, PIB *per capita* e salário médios municipal a fim de entender as particularidades sociais e econômicas e sua possível relação com a realidade previdenciária de unidade federativa.

Marconato e Coelho (2019) afirmam que a preocupação com a melhoria das condições de vida da população só passou a ganhar espaço após a Grande Depressão, crise financeira acontecida em 1929, quando o conceito de desenvolvimento veio a ser associado à alocação e distribuição de recursos.

Nesse contexto, no início da década de 1990, o IDH foi um indicador criado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e composto de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano – longevidade, educação e renda – que varia de 0 a 1, e quanto mais próximo a 1 maior o desenvolvimento humano, o que pode representar a qualidade de vida do grupo de cidadãos estudados, segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (2020).

Ainda segundo PNUD (2020), o IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões globais, mas inova ao adequar a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Torna-se um excelente indicador, uma vez que faz um contraponto ao PIB, já que busca popularizar o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas e não apenas na produção econômica, bem como possibilita a comparação entre municípios.

Silva *et al.* (2017) afirmam que um dos desafios da gestão pública é a alocação de recursos de forma a se obter o máximo de bem-estar. Além disso, alegam que o Estado tem importante papel no desenvolvimento humano ao proporcionar as condições de moradia, educação, desenvolvimento urbano, econômico, segurança, previdência social entre outros, conforme estabelecido na Constituição Federal de 1988. Segundo os autores, tais áreas de gastos públicos proporcionam melhoria da qualidade de vida podem estar relacionados ao Índice de Desenvolvimento Humano, uma vez que o investimento nessas áreas poderia refletir melhorias nos resultados do indicador.

Enquanto o IDHM tem como objetivo averiguar a o desenvolvimento humano de um espaço (Silva *et al.*, 2017), o PIB *per capita* busca medir a capacidade econômica e a geração de riqueza de um território (Leite Filho, Fialho; 2015).

O PIB *per capita* municipal é a relação entre o produto interno bruto e o número de habitantes de uma área (país, região, estado, município), entendendo que o produto interno bruto é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos durante um período de tempo e tem por objetivo comparar a riqueza produzida, além de verificar se essa riqueza acompanhou o crescimento populacional na região (Constatino; Pegorare; Costa, 2016).

Tal indicador possibilita destacar expansões ou recuos de atividade econômica, que, por sua vez, pode gerar maior ou menor dependência financeira dos municípios e Estados para com a União (Maconato; Parré; Coelho, 2021).

Complementar ao PIB *per capita*, tem-se o salário médio municipal, o indicador que verifica a média da remuneração paga aos trabalhadores formais de uma local (IBGE, 2009).

De acordo com Daniel e Saraiva (2020), o Brasil está entre os países com pior distribuição de renda, esse fato pode contribuir para a persistência da pobreza, aumento da desigualdade social, implicando em índice educacional abaixo do ideal, expansão do desemprego, entre outros obstáculos que podem afetar o crescimento e desenvolvimento da área estudada. Se por um lado acredita-se que houve recuo dessa desigualdade através da Constituição Federal de 1988, que determinou avanço na apropriação de recursos por parte de Estados e municípios, por outro, evidenciou a dependência financeira das transferências constitucionais para os municípios de pequeno porte (Marconato; Parré; Coelho, 2021).

Assim, é possível observar que o comportamento dos indicadores socioeconômicos e de gestão podem estar relacionados. Na seção seguinte, abordaremos alguns estudos que foram utilizados como base para o desenvolvimento dessa pesquisa.

2.4 Estudos empíricos anteriores

Nesta seção, serão discutidos estudos relacionados aos Regimes Próprios de Previdência Social que abordam temáticas pertinentes ao assunto tratado nesta pesquisa.

Devido a vasta literatura a respeito dos sistemas previdenciários brasileiros e mundiais, esta seção aborda apenas os estudos mais representativos e alinhados com os objetivos desta pesquisa, sem o intuito de exaurir toda a produção científica sobre o assunto.

Apesar de grande parte dos trabalhos encontrados fazerem referência a estudos que tem como justificativa as mudanças sociais sofridas ao redor do mundo (Nogueira, 2012; Oliveira, 2016; Neris, 2021), há uma vertente de estudo que contrapõe que a gestão tem papel fundamental em contornar e conduzir as mudanças necessárias para resolução desse cenário (Anfip, 2019; Reis; Casagrande, 2023, Guimarães, 2023).

Sousa e Araújo (2016) avaliaram a eficiência dos RPPS de estados e capitais estaduais referente ao ano de 2014, utilizando a evolução patrimonial como indicador.

Já Silva e Santos (2020) verificaram, apesar das pesquisas em previdência social tentarem explicar, de modo geral, o déficit financeiro dos regimes previdenciários por meio de argumentos relacionados às regras de elegibilidade e às mudanças na demografia nacional, que é possível buscar abordagens não ortodoxas para explicar tais déficits.

No caso deles, através da verificação da existência de práticas de isomorfismo entre as leis dos estados brasileiros e do Distrito Federal nos RPPS. Tratou-se de um estudo qualitativo, com emprego da técnica de análise de conteúdo e análise econométrica de análise de correspondência, visando medir o grau de associação entre as variáveis do RPPS.

Leão *et al.* (2020) avaliaram a performance institucional dos municípios através da criação de um indicador de desenvolvimento institucional e relacionaram os resultados encontrados com a economia municipal, através da utilização do indicador do PIB per capita municipal, semelhante ao proposto nesta pesquisa.

Albuquerque *et al.* (2020) realizaram estudo de análise comparativa de dados socioeconômicos do Brasil, da América Latina e OCDE, os quais interferem diretamente na previdência. Os índices socioeconômicos e demográficos analisados foram: i) a taxa de fecundidade; ii) a taxa de expectativa de vida ao nascer; iii) média de rendimentos de pessoas idosas; através de análise qualitativa.

Enquanto isso, Miranda, Medeiros e Castro (2021) identificaram o maior problema enfrentado por parte significativa dos RPPS – o desequilíbrio atuarial e financeiro, que decorre principalmente da falta de equilíbrio entre ativos e inativos –, que está relacionado às gestões

desses, objetivo central da presente pesquisa.

Sousa e Neto (2022) buscaram determinar os níveis de eficiência dos RPPS de municípios cearenses utilizando indicadores baseados em ativos e passivos atuariais e indicadores fundados no fluxo de recursos. Para tanto, utilizaram-se da metodologia da Análise Envoltória de Dados (DEA), método de programação linear não paramétrico de medida de eficiência, verificando-se que a média de eficiência dos RPPS diminuiu de um não para outro, apesar de continuar positiva.

Giovanini, Conceição e Almeida (2023) classificaram e agruparam os RPPS com base em indicadores de conformidade, equilíbrio e transparência, que compõem o ISP-RPPS, o indicador de gestão estudado na presente pesquisa, através da utilização de análise fatorial e de *cluster* (clusterização).

Apesar da diversidade de objetos de pesquisa e de metodologias de estudos já realizados, é possível perceber lacunas e problemáticas a serem exploradas, especialmente porque a literatura é carente de estudos que abordem diretamente a relação entre indicadores socioeconômicos e situação previdenciária, proposta pela metodologia desta pesquisa.

3 PERCURSO METODOLÓGICO

Esta seção apresenta o detalhamento metodológico adotado para o desenvolvimento da presente pesquisa a fim de alcançar os seus objetivos.

3.1 Tipologia da pesquisa

Com base nos objetivos estabelecidos, o estudo proposto pode ser categorizado como descritivo, uma vez que busca demonstrar o comportamento do ISP-RPPS em relação os indicadores socioeconômicos e de gestão estudados. De acordo com Sampieri, Collado e Lucio (2013), os estudos descritivos têm como objetivo medir, avaliar ou coletar dados sobre diferentes aspectos, dimensões ou componentes do fenômeno a ser investigado.

Nessa mesma linha, a pesquisa descritiva tem como objetivo descrever as características de uma determinada população ou fenômeno, bem como estabelecer relações entre variáveis (Silva; Menezes, 2005; Sampieri; Collado; Lucio, 2013). Silva e Menezes (2015) reiteram ainda que o objetivo do pesquisador é descrever ou definir um determinado tema, buscando responder questões relacionadas a quem, o que, quando, onde e como.

No que concerne aos procedimentos, a pesquisa documental oferece diversas vantagens, como o fato de os documentos constituírem uma fonte de dados robusta e estável, que perdura ao longo do tempo, tornando-se uma fonte essencial de informações em pesquisas de natureza histórica (Sampieri; Collado; Lucio, 2013).

Dessa forma, a fim de buscar os resultados dos indicadores no período estudado, foram utilizados os dados de origem secundária disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nos Relatórios de Resultados, publicados pela Secretaria da Previdência Social, do Ministério da Previdência Social, do governo do Brasil.

Apoiado nas pesquisas de Martins e Theóphilo (2016), o estudo utiliza uma metodologia positivista e classifica-se como uma pesquisa quantitativa, devido à natureza das informações e relações analisadas sob a perspectiva dos métodos quantitativos, isto é, em termos da abordagem do problema, esta pesquisa é classificada como quantitativa, uma vez que envolve o uso de instrumentos estatísticos necessários para compreender a relação comportamental entre o ISP-RPPS e os indicadores socioeconômicos (Silva; Menezes, 2005).

Seguindo os autores mencionados, a pesquisa quantitativa pressupõe que tudo pode ser expresso em números e demanda o uso de recursos e técnicas estatísticas, tais como

porcentagem, média, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão, entre outros, para a análise dos dados. No presente estudo, será utilizada a análise de dados em painel.

De acordo com Richardson *et al.* (2008), esta pesquisa é predominantemente de natureza quantitativa, pois envolve a coleta e análise dos dados, além da aplicação de métodos estatísticos, uma vez que emprega análises estatísticas para analisar os fatores explicativos na relação entre o índice e indicadores estudados.

3.2 População e amostra

A população desta pesquisa é composta por 2.111 municípios que possuem regimes próprios de previdência social em situação de funcionamento, conforme presente Relatório de Resultados do ISP-RPPS, da Secretaria de Previdência, de 2024.

Toda a população foi utilizada como unidade amostral para esta pesquisa. No Quadro 7 é possível observar a classificação da população de acordo com o porte e a maturidade dos municípios estudados.

Quadro 7 – Classificação da amostra quanto ao porte e à maturidade segundo ISP-RPPS

Porte do município	Maturidade		TOTAL
	Maior maturidade	Menor maturidade	
Pequeno porte	465	581	1.046
Médio porte	448	496	944
Grande porte	52	53	105
Não classificado	-	-	16

Fonte: Relatório de Resultados do ISP-RPPS (Brasil, 2024).

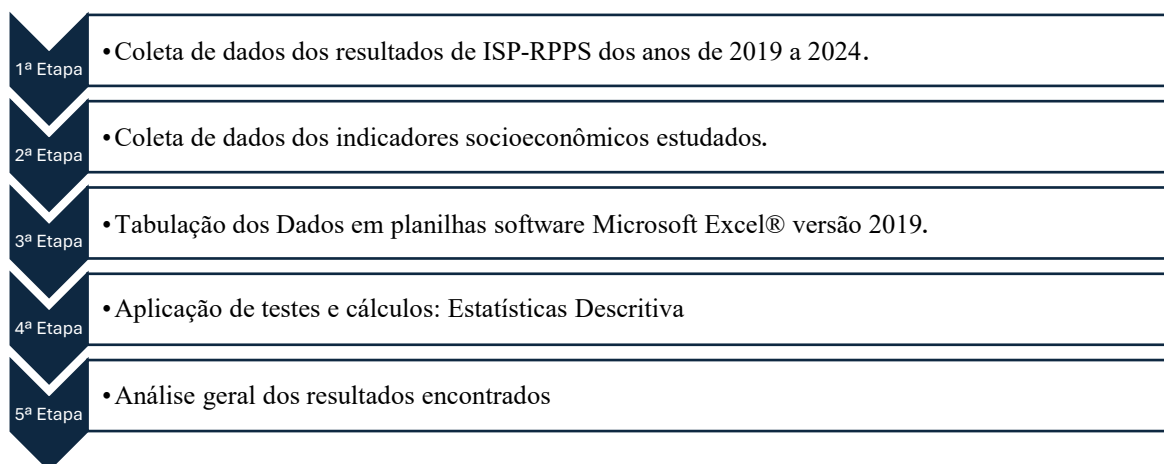
As variáveis de classificação de porte e maturidade de cada município foram estabelecidas pela Secretaria de Previdência, de acordo com os o cálculo de cada variável e resgatas para este estudo. Os municípios apresentados como “não classificados” não apresentaram dados para categorização pela Secretaria de Previdência (Brasil, 2024).

3.3 Coleta de dados

As informações coletadas são consideradas secundárias, uma vez que estão disponíveis ao público por meio dos Relatórios de Resultado, publicado no site da Secretaria de Previdência Social, e no site do IBGE, e ainda não foram submetidas a um tratamento analítico pelos interessados.

Para tornar mais claro, é possível observar o percurso metodológico desta pesquisa através da figura 1.

Figura 1 – Percurso metodológico



Fonte: Elaboração própria (2025)

O ano escolhido de início da série histórica foi o de 2019, que marca o começo da nova metodologia do ISP-RPPS para efeitos de comparação entre os anos estudados. Apesar de ter sido criado em 2017, ano da publicação do primeiro relatório de resultados, a metodologia utilizada nos anos de 2017 e 2018 era composta por notas de 0 a 1, divididas em três áreas de avaliação.

Para os resultados dos indicadores PIB *per capita* municipal e salário médio, foram utilizados os dados do Censo Demográfico referente ao ano de 2022, disponível no site do IBGE.

Para os resultados do indicador IDHM, foram utilizados os dados do Censo Demográfico referente ao ano de 2010, também disponível no site do IBGE, uma vez que o cálculo do IDHM do Censo Demográfico 2022 ainda não foi publicado.

Os dados foram coletados através das seguintes fontes:

Quadro 8 - Variáveis da pesquisa e fontes de coleta e referência dos dados utilizados

Variáveis	Descrição	Fonte de coleta	Referência
Resultados do ISP-RPPS	ISP-RPPS	Planilhas de Resultados, disponível em sítio eletrônico: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria/indice-de-situacao-previdenciaria-divulgacao-de-resultados	(Giovanini; Conceição; Almeida; 2023)

	Porte	Planilhas de Resultados, disponível em sítio eletrônico: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria/indice-de-situacao-previdenciaria-divulgacao-de-resultados	(Giovanini; Conceição; Almeida; 2023)
	Maturidade	Planilhas de Resultados, disponível em sítio eletrônico: https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria/indice-de-situacao-previdenciaria-divulgacao-de-resultados	(Giovanini; Conceição; Almeida; 2023)
Indicadores socioeconômicos	IDHM	Dados publicados em sítio eletrônico do IBGE disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/panorama	(Comin <i>et al.</i> , 2016)
	PIB <i>per capita</i> municipal	Dados publicados em sítio eletrônico do IBGE disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/panorama	(Comin <i>et al.</i> , 2016)
	Salário médio municipal	Dados publicados em sítio eletrônico do IBGE disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/fortaleza/panorama	(Souza; Almeida; Gomes, 2022)

Fonte: Elaboração própria (2025).

A partir das planilhas eletrônicas, foi possível organizar o banco de dados, extrair as variáveis do presente estudo, obtidas através de coleta nos sites da Secretaria de Previdência e IBGE.

3.4 Análise de dados

Após a coleta dos dados, com o apoio do programa estatístico SPSS e do *software* Microsoft Excel®, foi realizada estatística descritiva, por meio do cálculo de média e desvio padrão de cada indicador, tendo sido adotado 95% de confiança, cabendo ao leitor avaliar 90% ou 99% de confiança ao analisar as tabelas.

As médias dos resultados do ISP-RPPS e das demais variáveis analisadas foram submetidos ao teste de normalidade de Anderson-Darling e verificou-se distribuição paramétrica. A utilização do teste de normalidade de Anderson-Darling faz-se necessária para garantir a possibilidade de execução dos demais métodos estatísticos propostos pela estatística inferencial, regressões, testes t entre outros, sendo o teste mais apropriado para checar a distribuição de conjuntos de dados com o tamanho amostral superior a 200 registros (Azambuja; Campani, 2019).

Após realização do teste de normalidade, foram calculadas as médias e desvios-padrão de cada indicador estudado: i) ISP-RPPS; ii) IDHM; iii) PIB per capita; e iv) salários

médios. Esses valores foram comparados durante os anos de 2019 a 2024, por meio do teste ANOVA para medidas repetidas, seguido do pós teste de Bonferroni.

Vieira (1997) define o teste ANOVA para medidas repetidas tratando-se da análise de variância pareada dos grupos estudados e tem como objetivo comparar as médias de três ou mais momentos e descobrir se pelos menos um destes grupos tem média diferente dos outros. Ela funciona verificando: i) se há variação dentro do próprio grupo; ii) se há variação entre os grupos; iii) a comparação entre essas duas variações (dentro do grupo e entre grupos); e iv) gera o p-valor para decidir se há variância significativa, onde:

- a) $p\text{-valor} < 0,05$, há diferença significativa;
- b) $p\text{-valor} \geq 0,05$ não há diferença significativa.

O teste ANOVA é complementado pelo pós teste de Bonferroni, que, na presença de diferenças estatísticas indica quais grupos geraram a diferença observada (Vieira, 1997).

No presente estudo, o referido teste foi utilizado para responder ao primeiro objetivo, que corresponde a identificar performance histórica de desempenho do ISP-RPPS dos municípios estudados no período de 2019 a 2024.

Em seguida, os valores médios dos indicadores acima descritos foram comparados entre as seguintes categorias: i) região; ii) maturidade da massa; iii) porte do município; iv) condição de capital. Para isso, foi utilizado o teste t de *Student* e o teste ANOVA, seguido do pós teste de Bonferroni (Vieira, 1997). O teste ANOVA trata-se da análise de variância independente dos grupos estudados e tem os mesmos objetivos do teste ANOVA para medidas repetidas, sendo utilizado para mais de dois grupos independentes, como no caso da categoria região e porte, enquanto o teste t de *Student* se aplica para comparação de apenas dois grupos, como no caso da categoria maturidade da massa e condição de capital.

Os testes t de *Student* e ANOVA foram realizados para responder o segundo objetivo específico deste estudo – verificar discrepâncias dos ISP-RPPS e indicadores socioeconômicos entre regiões brasileiras.

A partir de então, os indicadores quantitativos descritos – ISP-RPPS, IDHM, PIB *per capita* e salários médios – foram submetidos a análise de correlação de Pearson. A análise de correlação de Pearson consiste em um teste estatístico que avalia a relação de interdependência entre duas variáveis, podendo obter como desfechos:

- a) $p\text{-valor} < 0,05$, há correlação significativa, sendo esta positiva (coeficiente de correlação > 0) ou negativa (coeficiente de correlação < 0);
- b) $p\text{-valor} \geq 0,05$ não há correlação significativa.

Por fim, dois modelos de análise multivariada foram desenhados: o modelo de regressão linear múltipla foi utilizado tendo como variável de desfecho o ISP-RPPS. Para isso os escores de ISP-RPPS foram ordenados da seguinte forma: A = 4; B = 3; C = 2; D = 1.

O modelo de regressão linear múltipla assume as mesmas funções da correlação de Pearson, porém as variáveis estudadas interagem umas com as outras a fim de minimizar o viés de confusão (Hall; Neves; Pereira, 2011). Adicionalmente, modelo de clusterização hierárquica foi criado com a finalidade de encontrar municípios com características semelhantes criando grupos (*clusters*) que possuem características matematicamente próximas (Giovanini; Conceição; Almeida, 2023).

A análise de correlação e os modelos multivariados foram executados a fim de responder ao terceiro objetivo específico da presente pesquisa – analisar a correlação entre o ISP-RPPS e os indicadores socioeconômicos municipais.

Quadro 9 – Design da pesquisa

Objetivos da pesquisa	Metodologia	Hipóteses
Analisar a gestão municipal dos RPPS a partir do Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS) e os indicadores socioeconômicos dos municípios do Brasil que possuem RPPS.	Testes de Correlação e regressão	Há correlação e/ou linearidade entre o ISP-RPPS e os indicadores socioeconômicos (Chavarry; Lima; Wilbert, 2019).
Identificar performance histórica de desempenho do ISP-RPPS dos municípios estudados no período de 2019 a 2024.	ANOVA para medidas repetidas	Há melhoria significativa dos resultados de ISP-RPPS durante o período estudado (Chavarry; Lima; Wilbert, 2019).
Verificar discrepâncias dos ISP-RPPS e indicadores socioeconômicos entre regiões brasileiras;	ANOVA	Há discrepância significativa entre o ISP-RPPS e os indicadores socioeconômicos das regiões brasileiras. (Lima <i>et al.</i> , 2011)
Observar o comportamento dos resultados encontrados por região geográfica e porte.	ANOVA	Há diferença significativa entre do ISP-RPPS comparando a região geográfica e/ou porte. (Calazans <i>et al.</i> , 2013; Chiliatto-Leite, 2017)

Fonte: Elaboração própria (2025).

Em resumo, o Quadro 9 com a síntese dos objetivos desta pesquisa, bem como as ferramentas metodológicas utilizadas para respondê-los e as hipóteses levantadas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta a análise dos resultados obtidos da pesquisa por meio de métodos estatísticos descritivos e inferenciais. Esses resultados visam atender aos objetivos geral e específicos do estudo, além de responder à questão de pesquisa formulada.

4.1 Perfil dos municípios

Na tabela 1, é possível verificar a distribuição dos municípios estudados durante o período de coleta.

Tabela 1 – Distribuição dos municípios estudados de acordo com os estados

UF	Número de municípios com RPPS	Proporção da amostra (%)	Total de municípios	Proporção municípios com RPPS por estado (%)
RS	330	15,6	497	66,4
MG	220	10,4	853	25,8
SP	219	10,4	645	34,0
PR	177	8,4	399	44,4
GO	169	8,0	246	68,7
PE	148	7,0	184	80,4
MT	106	5,0	142	74,6
RJ	79	3,7	92	85,9
AL	72	3,4	102	70,6
PB	70	3,3	223	31,4
SC	69	3,3	295	23,4
PI	68	3,2	224	30,4
CE	60	2,8	184	32,6
MS	51	2,4	79	64,6
MA	45	2,1	217	20,7
RN	40	1,9	167	24,0
BA	36	1,7	417	8,6
ES	34	1,6	78	43,6
PA	29	1,4	144	20,1
TO	28	1,3	139	20,1
RO	27	1,3	52	51,9
AM	26	1,2	62	41,9
AP	3	0,1	16	18,8
SE	3	0,1	75	4,0
AC	1	0,0	22	4,5
RR	1	0,0	15	6,7
Total	2.111	100,0	5.569	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2025). Dados expressos em forma de frequência absoluta e percentual.

Na amostra estudada, os estados com maior proporção de municípios com RPPS foram Rio de Janeiro (85,9%), Pernambuco (80,4%), Mato Grosso (74,6%), Goiás (68,7%) e Alagoas (70,6%).

Em relação a tabela 2, consta tal divisão de acordo com as regiões do Brasil e a composição percentual de cada região no todo, sendo possível observar que a região com maior número de municípios com RPPS é o Sul (27,3) e a com menor número é a Norte (5,4).

Tabela 2 – Distribuição dos municípios de acordo com as regiões

Região	Número de municípios	Proporção da amostra (%)
Sul	576	27,3
Sudeste	552	26,1
Nordeste	542	25,7
Centro Oeste	326	15,4
Norte	115	5,4
Total	2.111	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2025). Dados expressos em forma de frequência absoluta e percentual.

Com relação à tabela 3, é possível verificar que os municípios-capitais compõem cerca de 1,2% da massa de municípios com RPPS, e que todos os municípios-capitais tem RPPS constituído.

Tabela 3 – Condição de capital dos municípios brasileiros

Condição de capital	Número de municípios	Proporção da amostra (%)
Não	2085	98,8
Sim	26	1,2
Total	2.111	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2025). Dados expressos em forma de frequência absoluta e percentual.

Outro ponto de ser destacado é que todas as capitais brasileiras possuem regimes próprios de previdência. A principal justificativa para tal cenário é o incentivo dado pela Constituição Federal, de 1988, bem como o interesse em gerir os recursos previdenciários de forma local (Anfip, 2019; Albuquerque *et al.*, 2020).

Na tabela 4, a composição dos municípios de acordo com o porte mostrou que a maioria dos municípios com RPPS são de pequeno porte (49,5%) e que apenas uma minoria dos municípios é de grande porte (5%). É possível observar ainda que 0,8% dos municípios com RPPS instituído não forneceram informações para a classificação de seu porte pela SPREV.

Tabela 4 – Distribuição dos municípios de acordo com o porte

Porte	Número de municípios	Proporção da amostra (%)
Pequeno porte	1046	49,5
Médio porte	944	44,7
Grande Porte	105	5,0
Não classificado	16	0,8
Total	2.111	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2025). Dados expressos em forma de frequência absoluta e percentual.

Um ponto importante a frisar é que, se por um lado a instituição dos RPPS das capitais se deu devido à sua autonomia no gerenciamento de recursos e maior capacidade de arrecadação, por outro, os municípios menores também foram incentivados a criar seus RPPS, mesmo sem possuir a mesma autonomia técnica e de arrecadação (Calazans *et al.*, 2013), seja por conveniência fiscal imediata, para evitar as contribuições do INSS, ou para receber compensação previdenciária (repasse de contribuição entre regimes previdenciários), mas sem o planejamento de longo prazo e estudo sugeridos pela legislação vigente (Albuquerque *et al.*, 2020; Anfip, 2019).

Entretanto, o que pode ser observado é que a maioria dos RPPS são de pequeno porte, o que evidencia um possível despreparo para a troca de um regime de previdência para outro. Além de demonstrarem que municípios de pequeno porte apresentam maior fragilidade administrativa quanto a processos, o que constitui risco para sustentabilidade municipal (Calazans *et al.*, 2013).

Na tabela 5, a composição dos municípios de acordo com a maturidade da massa de segurados mostrou que a maioria dos municípios apresentam menor maturidade (53,5%), e que cerca de 43,7% possuem maior maturidade. Vê-se ainda que cerca de 0,8% dos municípios não forneceram informações para a classificação da sua maturidade pela SPREV.

Tabela 5 – Composição dos municípios de acordo com a maturidade

Maturidade	Número de municípios	Proporção da amostra (%)
Menor maturidade	1130	53,5
Maior maturidade	965	45,7
Não classificado	16	0,8
Total	2.111	100,0

Fonte: Dados da pesquisa (2025). Dados expressos em forma de frequência absoluta e percentual.

Com relação a maturidade, observa-se que a maioria dos municípios com RPPS ainda apresentam uma razão positiva do número de ativos em relação ao número de aposentados e pensionistas – conceito de maturidade estabelecido pela Secretaria de Previdência para o ISP-RPPS, porém não muito distante, resultado de um estreitamento da base da pirâmide etária brasileira, o que poderá gerar problemas sociais no futuro, semelhante a outros países (Nery, 2017).

Hoje, o Brasil tem 1,6 filhos por casal (IBGE, 2025), menor resultado já registrado e que apresenta tendência de queda para os próximos anos, piorando ainda mais a relação de maturidade dos RPPS, uma vez que esse número indica redução da reposição populacional para as próximas décadas.

Essa situação obscura pode ser ainda mais agravada por uma gestão pública ruim, por esse motivo o ISP-RPPS foi desenvolvido no ano de 2017 (Brasil, 2017). Este é um dos principais indicadores utilizados para mensurar a qualidade da gestão previdenciária e o mais recente criado pela Secretaria de Previdência, o que urge a necessidade de estudos sobre ele, em especial estudando indicadores socioeconômicos, visto que a escolha da implementação do RPPS parece estar associada à conveniência fiscal de curto prazo, conforme mencionado anteriormente, sem o devido planejamento, e sujeito à corrupção (Anfip, 2019; Albuquerque *et al.*, 2020).

4.2 Indicadores socioeconômicos

Observa-se, na tabela 6, que o IDHM e o salário médio foram significativamente superiores nos municípios-capitais que demais não-capitais e o PIB per capita médio não apresentou diferença significativa ($p=0,869$).

Tabela 6 – Composição dos indicadores socioeconômicos entre municípios-capitais e demais municípios

	Capital		p-Valor
	Não	Sim	
IDHM	0.68 (0.08)	0.77 (0.03)	<0,001
PIB <i>per capita</i>	38819.07 (41779.45)	37469.95 (15453.79)	0,869
Salário médio	2.09 (0.48)	3.33 (0.51)	<0,001

* $p<0,05$. Dados expressos em [média (DP)]. Teste t de *Student*.

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Além disso, na tabela 7, viu-se que os três indicadores estudados mostraram associação significantes com o porte do município.

Tabela 7 – Composição dos indicadores socioeconômicos de acordo com o porte

	Porte			p-Valor
	Pequeno porte	Médio porte	Grande porte	
IDHM	0.67 (0.07)	0.69 (0.08)	0.76 (0.04)	<0,001
PIB <i>per capita</i>	37207.89 (36222.49)	39217.71 (47164.69)	54689.83 (35952.18)	<0,001
Salário médio	2.04 (0.43)	2.11 (0.47)	2.87 (0.68)	<0,001

*p<0,05, teste ANOVA/Boferroni [média (DP)].

Fonte: dados da pesquisa (2025).

Analisando os indicadores socioeconômicos, nas tabelas 6 e 7, observou-se uma forte relação entre o porte dos municípios e o *status* de capital com o IDHM e o salário médio. Segundo Calazans *et al.* (2013) e Albuquerque *et al.* (2020), isso é explicado devido à capacidade mais robusta de gerar recursos próprios que aumentem o salário médio e, como consequência, com mais dinheiro circulando internamente, os fatores de IDHM são positivamente melhorados.

Na tabela 8, observou-se também que os três indicadores socioeconômicos estudados apresentaram associação significantes com a maturidade da massa.

Tabela 8 – Composição dos indicadores socioeconômicos de acordo com a maturidade

	Maturidade		p-Valor
	Menor maturidade	Maior maturidade	
IDHM	0.67 (0.08)	0.69 (0.07)	0,001
PIB <i>per capita</i>	42165.47 (49999.94)	35270.90 (28541.03)	<0,001
Salário médio	2.15 (0.51)	2.07 (0.48)	0,001

*p<0,05, teste ANOVA/Boferroni [média (DP)].

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Nos municípios de maior maturidade, observou-se menor PIB *per capita* e menor salário médio. Esses municípios apresentam menor proporção de contribuintes ativos e, em detrimento da maioria ser de pequeno porte, conforme visto na tabela 7, parece haver um impacto nos indicadores econômicos do PIB *per capita* e salário médio do município como um

todo (Calazans *et al.*, 2013; Albuquerque *et al.*, 2020), uma vez que havendo menos pessoas ativas pode-se pressupor também menos atividade laboral acontecendo no município.

Na tabela 9, viu-se que IDHM médio das regiões sudeste e sul foram significante-mente superiores às demais regiões (IDHM = 0,72 para ambas), o PIB per capita médio das regiões Centro Oeste e Sul foram significante-mente superiores (PIB per capita = 52.172,03 e 52.501,76) às demais regiões e o salário médio da região Nordeste foi significante-mente menor às demais regiões (Salário médio = 1.76).

Tabela 9 – Performance dos indicadores socioeconômicos por região

	IDHM	PIB <i>per capita</i>	Salário médio
Norte	0.63 (0.07)	24259.96 (13717.88)	2.04 (0.46)
Nordeste	0.60 (0.08)	13496.69 (18565.85)	1.76 (0.38)
Centro Oeste	0.69 (0.04)	52172.03 (42532.86)	2.20 (0.47)
Sudeste	0.72 (0.05)	44488.73 (52627.53)	2.20 (0.55)
Sul	0.72 (0.04)	52501.76 (36501.57)	2.31 (0.38)
Valor	<0,001	<0,001	<0,001

*p<0,05, teste ANOVA/Boferroni [média (DP)].

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Adicionalmente, os municípios das regiões Sudeste e Sul apresentaram os melhores indicadores socioeconômicos, conforme tabela 9. Segundo Lima *et al.* (2011), essas são as duas regiões que se mostraram melhor distribuídas social e economicamente, corroborando com os resultados encontrados.

4.3 Composição dos segurados

Ademais, viu-se ainda que o número médio de ativos, aposentados e pensionistas nas capitais foi significante-mente superior aos demais municípios (p<0,001) (Tabela 10).

Tabela 10 – Composição dos segurados entre municípios-capitais e outros municípios

	Capital		p-Valor
	Não	Sim	
Ativos	965.36 (1565.26)	20916.73 (24804.38)	<0,001
Aposentados	319.14 (639.37)	12379.42 (21834.62)	<0,001

Pensionistas	72.20 (156.49)	3087.42 (5267.41)	<i><0,001</i>
Total	1356.69 (2278.87)	36383.58 (51556.19)	<i><0,001</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2025). Dados expressos em forma de média [média (DP)]. Teste t de *Student*.

No tocante à composição dos segurados (tabela 10), observou-se que o número médio de ativos, aposentados e pensionistas é maior nas capitais, o que coincide com os municípios de grande porte, resultado corroborado pela tabela 11. Os municípios-capitais tendem a possuir maior população, logo, espera-se que o número de segurados também seja maior que os demais municípios (Anfip, 2019; Nogueira, 2012).

Tabela 11 – Composição dos segurados de acordo com o porte

	Porte			p-Valor
	Pequeno	Médio	Grande	
Ativos	244.51(111.52)	1266.62(906.33)	10525.33(13801.06)	<i><0,001</i>
Aposentados	77.26(52.51)	382.05(316.98)	5192.29(11558.80)	<i><0,001</i>
Pensionistas	16.77(13.02)	86.88(76.72)	1248.82(2819.02)	<i><0,001</i>
Total	338.54(144.37)	1735.55(1198.49)	16966.44(27901.65)	<i><0,001</i>

*p<0,05, teste ANOVA/Boferroni [média (DP)].

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Na tabela 11, é possível observar a composição dos segurados de acordo com cada porte dos RPPS: o número médio de ativos, aposentados e pensionistas nos municípios de grande porte foi significativamente superior aos demais municípios (p<0,001), o que está alinhado com a realidade encontrada uma vez que as capitais são consideradas municípios de grande porte (Brasil, 2024).

No tocante à composição dos servidores, observou-se que o número médio de servidores ativos não diferiu com base na maturidade dos RPPS (p=0,720), já o número médio dos aposentados e pensionistas foi significativamente superior nos municípios com maior maturidade que nos de menor maturidade (tabela 12).

Tabela 12 – Composição dos municípios de acordo com a maturidade

	Maturidade		p-Valor
	Menor maturidade	Maior maturidade	
Ativos	1192.58 (2230.91)	1252.84 (5099.10)	0,720
Aposentados	264.15 (637.58)	713.13 (4066.22)	<i><0,001</i>
Pensionistas	64.00 (179.15)	164.11 (985.65)	<i>0,001</i>
Total segurados	1520.73	2130.07	0,054

(2997.38)	(10102.90)
-----------	------------

*p<0,05, teste ANOVA/Boferroni [média (DP)].

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A maturidade dos municípios é calculada com base da divisão entre o número de servidores ativos sobre o número de aposentados e pensionistas de um regime próprio (Brasil, 2024), ou seja, um RPPS com baixa maturidade, possui um número de ativos proporcionalmente maior que a massa de aposentados e pensionistas. Já um RPPS com alta maturidade releva maior predominância de aposentados e pensionistas em detrimento do número de ativos existentes. Logo, um RPPS de alta maturidade possui também maior envelhecimento da sua base de segurados. Esses resultados podem ser evidenciados através da tabela 12.

Ao avaliar a composição dos segurados dos RPPS por região, conforme é possível ser observado na tabela 13, foi visto que o número médio de ativos, aposentados e pensionistas da região Sudeste foi superior às demais regiões (p<0,001).

Tabela 13 – Composição dos segurados de acordo com a região

Região	Ativos	Aposentados	Pensionistas	Total
Norte	1544.48 (3115.15)	273.65 (754.52)	89.91 (264.70)	1908.04 (4079.12)
Nordeste	975.59 (2095.16)	355.37 (981.01)	81.25 (280.92)	1412.21 (3299.42)
Centro Oeste	785.66 (2077.03)	221.48 (698.96)	50.83 (145.23)	1057.97 (2904.26)
Sudeste	2024.81 (6512.40)	905.66 (5218.99)	218.32 (1263.22)	3148.78 (12893.22)
Sul	827.09 (1820.30)	331.70 (1026.58)	68.31 (236.85)	1227.09 (3007.62)
p-Valor	<0,001	0,001	0,001	<0,001

*p<0,05, teste ANOVA/Boferroni [média (DP)].

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Tal achado pode ser explicado pela baixa taxa de mortalidade da região (IBGE, 2022), bem como por Chiliatto-Leite (2017) quando aborda sobre a densidade contributiva da região Sudeste ser alta em detrimento de outras regiões. O conceito de densidade contributiva é explicado pelo autor como sendo o tempo de contribuição previdenciária proporcional ao tempo total da vida laboral de uma pessoa, a massa de segurados foi significativamente maior nessa região.

Ou seja, com uma taxa de mortalidade baixa, aposentados e pensionistas tendem a viver mais. Associado à uma densidade contributiva alta, onde os servidores ativos começam a

trabalhar mais cedo e por mais tempo, é possível explicar porque os números de segurados da região Sudeste são maiores que as demais regiões.

4.4 ISP-RPPS

No tocante aos resultados de ISP-RPPS encontrados, na tabela 14, é possível observar o número de RPPS de acordo com cada resultado do ISP-RPPS por período estudado. Dos 2.111 municípios avaliados, 14 não apresentaram resultados ISP-RPPS em 2019, 3 no ano de 2020, 2 no ano de 2021, 1 no ano de 2022, e todos os municípios apresentaram ausência de dados em 2023 e 2024.

Em todos os períodos analisados predominam os municípios com ISP-RPPS classificados como categoria D, seguido da categoria C. Os municípios classificados como categoria D oscilaram entre 45,3% e 46,7% nos anos de 2019 a 2021 e os municípios categoria C oscilaram entre 30,2% e 31,3% nesse mesmo período. Nos anos de 2022 a 2024 os municípios categoria D mostraram uma frequência de 19,8% a 39,9% e os municípios categoria C entre 31,5% e 41,7%, um aumento significativo na frequência de municípios categoria C e redução significativa dos municípios categoria D entre os dois triênios.

Os municípios categoria B apresentaram aumento significativo no triênio 2022-2024, atingindo 36,1% no ano de 2024, maior índice dessa categoria, da mesma forma os municípios categoria A apresentaram aumento significativo no triênio 2022-2024, atingindo 2,5% no mesmo ano.

Tabela 14 – Composição dos resultados do ISP-RPPS por ano

Ano / ISP-RPPS	A	B	C	D	Não avaliados
2019	11 (0,5%)	450 (21,5%)	656 (31,3%)	980 (46,7%)*	14
2020	9 (0,4%)	553 (26,2%)	640 (30,4%)	906 (43,0%)*	3
2021	15 (0,7%)	503 (23,9%)	636 (30,2%)	955 (45,3%)*	2
2022	23 (1,1%)	542 (25,7%)	704 (33,4%)*	841 (39,9%)	1
2023	30 (1,4%)	619 (29,3%)	666 (31,5%)*	796 (37,7%)	0
2024	52 (2,5%)*	762 (36,1%)*	880 (41,7%)*	417 (19,8%)	0
P-Valor	<0,001				

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Nos anos entre 2019 à 2021, a maior parte dos municípios foi classificada com conceito D, nos anos de 2022 à 2024, houve um aumento significativo dos municípios com conceito C, e no ano de 2024 também houve aumento significativo dos municípios com

conceito A e B. Dessa forma, observou-se melhora gradual tanto na disponibilidade dos dados, como no perfil do ISP-RPPS no período estudado.

Segundo Chavarry, Lima e Wilbert (2019), a criação de indicadores é fundamental para obter melhor grau de comprometimento com resultados. Além disso, é importante observar que o ISP-RPPS é um indicador de gestão jovem, mas percebe-se uma melhora dos resultados a partir de 2022, tempo que pode ser considerado de implementação para os municípios.

Ainda assim, em 2024, mais da metade dos municípios (41,7% + 19,8%) ainda apresenta classificação C e D, dessa forma, a situação previdenciária ainda se mostra crítica e carece de ações de melhoria.

Na tabela 15, a composição dos segurados ao longo dos anos analisados: o número médio de ativos foi significativamente maior nos RPPS que obtiveram conceito A que nos demais municípios nos anos de 2019, 2020, 2022, 2023 e 2024. Por sua vez, o número médio de aposentados e pensionistas não diferiu com base na categorização por ISP-RPPS em nenhum dos períodos estudados e, por fim, o número médio de total segurados foi significativamente maior nos RPPS de conceito A em 2019, 2020 e 2024.

No ano de 2019 a composição de ativos dos segurados de acordo com o ISP-RPPS foi significativamente maior nos municípios classificados como A, atingindo valores médios de 5578,18 (6056,18), enquanto os municípios classificados como B, C e D atingiram valores médios entre 1120,99 (1849,58) e 1157,86 (4921,64) ($p=0,002$). A composição de aposentados não diferiu significativamente entre as categorias de ISP-RPPS ($p=0,171$) bem como o número de pensionistas ($p=0,103$).

No ano de 2020 a composição de ativos dos segurados de acordo com o ISP-RPPS foi significativamente maior nos municípios classificados como A, atingindo valores médios de 5903,44 (4465,73), enquanto os municípios classificados como B, C e D atingiram valores médios entre 1174,22 (1946,22) e 1219,45 (2686,80) ($p=0,003$). A composição de aposentados não diferiu significativamente entre as categorias de ISP-RPPS ($p=0,206$) bem como o número de pensionistas ($p=0,327$).

No ano de 2021 a composição de ativos ($p=0,219$), aposentados ($p=0,842$) e pensionistas ($p=0,949$) não diferiu significativamente entre as categorias de ISP-RPPS. Porém, no ano de 2022, os valores retomaram o comportamento dos anos de 2019 e 2021. a composição de ativos dos segurados de acordo com o ISP-RPPS foi significativamente maior nos municípios classificados como A, atingindo valores médios de 3844,09 (4694,03), enquanto os municípios classificados como B, C e D atingiram valores médios entre 1031,29 (2133,60) e 1424,01

(2658,13) ($p=0,002$). A composição de aposentados não diferiu significativamente entre as categorias de ISP-RPPS ($p=0,333$) bem como o número de pensionistas ($p=0,369$).

Os resultados se mantiveram constantes nos anos de 2023 e 2024, com os municípios categoria A apresentando valores de ativos significativamente superiores aos municípios das demais categorias, com médias de 3203,00 (4349,77) e 2937,85 (3873,84), respectivamente, comparado a valores que oscilaram entre 810,48 (1528,02) e 1280,04 (2600,56), ($p=0,006$ e $p=0,001$, respectivamente).

Tabela 15 – Composição dos segurados de acordo com o ISP-RPPS

	ISP-RPPS				p-Valor
	A	B	C	D	
ISP 2019					
Ativos	5578,18 (6056,18)	1120,99 (1849,58)	1296,35 (2723,77)	1157,86 (4921,64)	0,002
Aposentados	2174,82 (2543,35)	351,82 (696,24)	471,86 (1383,21)	505,29 (3904,90)	0,171
Pensionistas	563,00 (778,40)	76,43 (158,37)	108,76 (319,07)	121,21 (954,05)	0,103
Total	8316,00 (9305,68)	1549,24 (2623,01)	1876,97 (4285,45)	1784,35 (9708,03)	0,022
ISP 2020					
Ativos	5903,44 (4465,73)	1174,22 (1946,22)	1219,45 (2686,80)	1183,44 (5111,41)	0,003
Aposentados	2280,89 (2386,43)	383,08 (775,71)	449,25 (1367,62)	515,75 (4057,12)	0,206
Pensionistas	461,67 (617,99)	86,38 (193,63)	104,71 (318,75)	123,46 (990,47)	0,327
Total	8646,00 (7110,05)	1643,69 (2825,80)	1773,40 (4267,47)	1822,66 (10076,47)	0,038
ISP 2021					
Ativos	3085,33 (3041,08)	1308,57 (2221,48)	1220,36 (2761,78)	1125,94 (4930,64)	0,219
Aposentados	1084,73 (1399,19)	434,32 (1004,48)	458,74 (1331,66)	482,41 (3943,91)	0,842
Pensionistas	189,27 (251,12)	100,17 (278,86)	107,45 (311,13)	114,38 (958,56)	0,949
Total	4359,33 (4654,79)	1843,06 (3334,80)	1786,55 (4300,73)	1722,73 (9768,80)	0,566
ISP 2022					
Ativos	3844,09 (4694,03)	1424,01 (2658,13)	1031,29 (2133,60)	1153,81 (5231,64)	0,002
Aposentados	1298,22 (2098,80)	459,99 (1229,67)	396,63 (1041,87)	509,94 (4198,44)	0,444
Pensionistas	312,09 (610,22)	111,18 (327,85)	86,16 (223,72)	122,12 (1020,70)	0,369
Total	5454,39 (7251,16)	1995,18 (4046,03)	1514,09 (3320,99)	1785,86 (10386,85)	0,058
ISP 2023					
Ativos	3203,00 (4349,77)	1265,61 (2289,22)	1363,65 (5170,39)	965,97 (3357,23)	0,005
Aposentados	1067,67 (1703,76)	437,16 (1179,77)	570,99 (3838,10)	382,35 (2687,28)	0,376

Pensionistas	230,40 (459,47)	101,66 (290,66)	134,29 (956,22)	89,86 (625,02)	0,462
Total	4501,07 (6402,15)	1804,43 (3605,40)	2068,93 (9866,39)	1438,17 (6583,00)	0,066
ISP 2024					
Ativos	2937,85 (3873,84)	1280,04 (2600,56)	1239,18 (5181,56)	810,48 (1528,02)	0,001
Aposentados	946,44 (1592,16)	457,67 (1302,44)	553,56 (4120,09)	245,00 (548,88)	0,171
Pensionistas	229,94 (444,79)	103,15 (298,72)	130,92 (1005,01)	60,04 (155,95)	0,190
Total	4114,23 (5764,67)	1840,87 (4065,34)	1923,65 (10232,87)	1115,52 (2180,67)	0,024

*p<0,05, teste ANOVA/Boferroni [média (DP)].

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em quase todos os períodos avaliados, os municípios com conceito A apresentam maior média de ativos que os demais municípios, observando-se uma associação direta entre a qualidade do conceito do ISP-RPPS e o número médio de ativos.

A presença de uma maior quantidade de ativos pressupõe maior quantidade de contribuições previdenciárias sendo recebida pelo RPPS, que deverão ser responsáveis pelo pagamento dos benefícios de aposentados e pensionistas, poupando o orçamento público municipal de possíveis intervenções, uma vez que o volume de recursos captados é suficiente para cobrir as responsabilidades financeiras do RPPS, atingindo, assim, a sustentabilidade financeira e atuarial do mesmo (Nery, 2017).

No tocante aos indicadores socioeconômicos, observou-se que todos – o IDHM, o PIB *per capita* e o salário médio – foram diretamente proporcionais à qualidade do ISP-RPPS em todos os períodos avaliados (tabela 16).

Os valores médios de IDHM nos municípios classificados como ISP-RPPS categoria A apresentaram valores que, desde 2019 até o ano de 2024, foram em média 0,74 (0,05) a 0,78 (0,04) no ano. Esses valores foram significativamente superiores a todas as demais categorias que variaram entre 0,63 (0,08) e 0,72 (0,05) (p<0,001) (tabela 16).

O mesmo se aplica ao PIB per capita e ao salário médio. Os valores de PIB per capita médio na categoria A de ISP-RPPS foram de 64375,98 (24531,24) a 94084,78 (59793,91) no período de 2019 a 2024, enquanto que nas categorias B a C os valores oscilaram entre 23636,39 (29904,81) e 55860,70 (47552,08) (p<0,001). Já o salário médio mostrou valores na categoria A de ISP-RPPS entre 2,53 (0,53) e 3,02 (0,60) e nas categorias B a D entre 1,85 (0,37) e 2,37 (0,50) (p<0,001) (tabela 16).

Tabela 16 – Relação entre ISP-RPPS e indicadores sociodemográficos

	ISP-RPPS				p-Valor
	A	B	C	D	
ISP 2019					
IDHM	0,78 (0,04)	0,72 (0,05)	0,70 (0,06)	0,65 (0,08)	<0,001
PIB <i>per capita</i>	76401,86 (38078,41)	53445,67 (46654,26)	46911,61 (45890,93)	26057,67 (30235,09)	<0,001
Salário médio	2,69 (0,38)	2,35 (0,47)	2,21 (0,48)	1,93 (0,45)	<0,001
ISP 2020					
IDHM	0,78 (0,03)	0,72 (0,05)	0,70 (0,07)	0,64 (0,08)	<0,001
PIB <i>per capita</i>	94084,78 (59793,91)	54159,83 (46742,39)	44464,76 (41712,80)	24937,77 (32288,39)	<0,001
Salário médio	3,02 (0,60)	2,36 (0,49)	2,17 (0,48)	1,91 (0,42)	<0,001
ISP 2021					
IDHM	0,77 (0,03)	0,72 (0,05)	0,70 (0,07)	0,64 (0,08)	<0,001
PIB <i>per capita</i>	64375,98 (24531,24)	55860,70 (47552,08)	41881,85 (37191,82)	27397,44 (37404,52)	<0,001
Salário médio	2,63 (0,37)	2,37 (0,50)	2,17 (0,44)	1,93 (0,46)	<0,001
ISP 2022					
IDHM	0,76 (0,04)	0,71 (0,05)	0,69 (0,07)	0,64 (0,08)	<0,001
PIB <i>per capita</i>	92946,96 (81069,06)	54409,66 (49116,52)	40583,39 (41784,92)	25801,01 (27214,49)	<0,001
Salário médio	2,73 (0,60)	2,35 (0,49)	2,13 (0,47)	1,92 (0,44)	<0,001
ISP 2023					
IDHM	0,75 (0,05)	0,71 (0,05)	0,68 (0,07)	0,65 (0,09)	<0,001
PIB <i>per capita</i>	68187,38 (69865,71)	54894,90 (50878,60)	38731,37 (39655,80)	25240,35 (25672,63)	<0,001
Salário médio	2,53 (0,53)	2,32 (0,47)	2,13 (0,50)	1,91 (0,44)	<0,001
ISP 2024					
IDHM	0,74 (0,05)	0,71 (0,05)	0,67 (0,08)	0,63 (0,08)	<0,001
PIB <i>per capita</i>	66589,93 (64944,93)	52283,05 (48796,55)	32674,14 (32648,33)	23636,39 (29904,81)	<0,001
Salário médio	2,56 (0,70)	2,29 (0,47)	2,05 (0,48)	1,85 (0,37)	<0,001

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em todos os períodos, o IDHM, o PIB *per capita* e o salário médio foram diretamente correlacionados com o ISP-RPPS ($p < 0,001$) (tabela 17). Também é possível observar que existe uma associação significativa entre a qualidade do ISP-RPPS e os indicadores socioeconômicos estudados, em todos os períodos analisados.

Os valores dos coeficientes de correlação foram todos positivos e classificados como moderados, entre 0,200 e 0,400. Os menores coeficientes de correlação foram entre o ISP-RPPS e o PIB *per capita* e os maiores valores foram entre o ISP-RPPS e o IDHM.

Tabela 17 – Correlação entre indicadores socioeconômicos e o ISP-RPPS

		ISP 2019	ISP 2020	ISP 2021	ISP 2022	ISP 2023	ISP 2024
IDHM	r	0,394**	0,429**	0,409**	0,393**	0,367**	0,388**
	p-Valor	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001
PIB <i>per capita</i>	R	0,286**	0,304**	0,280**	0,302**	0,302**	0,284**
	p-Valor	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001
Salário médio	r	0,357**	0,389**	0,367**	0,370**	0,353**	0,353**
	p-Valor	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Esses achados reforçam a hipótese principal de que municípios que tem maior capacidade de geração de recurso próprio, e consequentemente melhores indicadores socioeconômicos, apresentam melhores resultados no ISP-RPPS (Albuquerque *et al.*, 2020; Calazans *et al.*, 2013).

Supõe-se que essa associação esteja relacionada à melhor qualidade de vida e renda dos municípios que tendem a apresentar uma boa gestão previdenciária, de forma que os recursos municipais são destinados para políticas públicas efetivas de bem estar social (Chavarry; Lima; Wilbert, 2019).

Na tabela 18, vê-se que os resultados do ISP-RPPS mostraram correlação inversa com a região Norte em todos os períodos, exceto 2023 ($p < 0,05$) e com a região Nordeste em todos os períodos ($p < 0,001$).

Além disso, houve correlação inversa dos ISP-RPPS em 2020 e 2021 com a região Centro Oeste ($p < 0,001$) e, em 2020, com a região Sudeste ($p < 0,001$). A partir de 2020, a região Sul foi correlacionada positivamente com o ISP ($p < 0,001$).

Tabela 18 – Correlação entre as regiões e o ISP-RPPS

		ISP 2019	ISP 2020	ISP 2021	ISP 2022	ISP 2023	ISP 2024
Norte	r	-0,062**	-0,063**	-0,056**	-0,046*	-0,036	-0,071**
	p-Valor	0,004	0,004	0,010	0,033	0,099	0,001
Nordeste	r	-0,397**	-0,437**	-0,396**	-0,370**	-0,367**	-0,344**
	p-Valor	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001
Centro Oeste	r	-0,042	-0,097**	-0,055*	-0,017	-0,021	-0,019
	p-Valor	0,055	<0,001	0,011	0,427	0,324	0,383

Sudeste	r	0,042	0,104**	0,042	0,005	0,006	0,023
	p-Valor	0,055	<0,001	0,053	0,802	0,789	0,294
Sul	r	0,413**	0,437**	0,420**	0,395**	0,390**	0,366**
	p-Valor	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001	<0,001

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Com relação às regiões, viu-se correlação entre os bons resultados do ISP-RPPS e a região Sul, já as regiões Norte e Nordeste mostram uma correlação inversa, ou seja, fazer parte dessas regiões é esperado que se apresentem resultados ruins no ISP-RPPS (Chavarry; Lima; Wilbert, 2019).

Coincidentemente, as regiões Norte e Nordeste também apresentam piores indicadores socioeconômicos em comparação com as demais regiões, o que reforça a influência da educação previdenciária para uma gestão previdenciária de qualidade (Chavarry; Lima; Wilbert, 2019).

Observa-se ainda que o município ser uma capital não mostrou correlação com os ISP-RPPS em nenhum período ($p > 0,05$), mas o porte está diretamente correlacionado em todos os períodos ($p < 0,001$). Além disso, a maturidade foi inversamente correlacionada com o ISP-RPPS em 2019 e 2022 ($p < 0,05$) (tabela 19).

Tabela 19 – Correlação entre municípios-capitais e o ISP-RPPS

		ISP 2019	ISP 2020	ISP 2021	ISP 2022	ISP 2023	ISP 2024
Capital	r	-0,020	-0,015	-0,004	0,011	0,022	0,036
	p-Valor	0,363	0,494	0,849	0,614	0,303	0,103
Porte	r	0,046*	0,053*	0,073**	0,079**	0,085**	0,111**
	p-Valor	0,034	0,016	0,001	<0,001	<0,001	<0,001
Maturidade	r	-0,049*	-0,030	-0,024	-0,088**	-0,047*	0,023
	p-Valor	0,024	0,168	0,275	<0,001	0,032	0,289

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

O porte do município foi a principal variável de controle correlacionada com o ISP-RPPS. Ao longo do período estudado, a correlação positiva entre o porte e os resultados do ISP-RPPS foram aumentando, ou seja, a cada ano estudado, cada vez mais municípios com maior porte tendem a apresentar melhores resultados desse índice.

Isso pode ser explicado por meio de duas abordagens: a) através do número de servidores ativos que, em maior número, aumenta a quantidade de contribuição previdenciária arrecadada e diminui a pressão orçamentária para pagamento dos benefícios previdenciários (aposentadorias e pensão), em detrimento dos municípios menores que, mesmo com mais ativos

que demais beneficiários, por ser em menor número, o montante de contribuição previdenciária é insuficiente para arcar com todos os pagamentos de benefícios, pressionando o orçamento público (Nery, 2017); b) da estrutura e qualificação técnica presente em municípios de maior porte em desvantagem dos de menor porte (Calazans *et al.*, 2013).

A análise multivariada realizada gerou as tabelas 20, 21 e 22, com todas as variáveis estudadas. Os resultados encontrados foram semelhantes à análises bivariadas e estão dispostas a seguir. Observou-se ainda que a maturidade passou a mostrar colinearidade positiva a partir de 2020.

Tabela 20 – Análise multivariada entre regiões e o ISP-RPPS

ISP	2019				2020			
	p-Valor	β ajustado	95 CI		p-Valor	β ajustado	95 CI	
Norte	<0,001	-0,154	-0,716	-0,404	<0,001	-0,156	-0,735	-0,428
Nordeste	<0,001	-0,418	-0,879	-0,659	<0,001	-0,452	-0,965	-0,748
Centro oeste	<0,001	-0,264	-0,680	-0,492	<0,001	-0,320	-0,823	-0,638
Sudeste	<0,001	-0,253	-0,544	-0,379	<0,001	-0,213	-0,482	-0,320

ISP	2021				2022			
	p-Valor	β ajustado	95 CI		p-Valor	β ajustado	95 CI	
Norte	<0,001	-0,144	-0,695	-0,378	<0,001	-0,140	-0,684	-0,363
Nordeste	<0,001	-0,412	-0,890	-0,666	<0,001	-0,373	-0,820	-0,593
Centro oeste	<0,001	-0,273	-0,718	-0,527	<0,001	-0,236	-0,636	-0,442
Sudeste	<0,001	-0,260	-0,572	-0,403	<0,001	-0,277	-0,607	-0,436

Continuação

ISP	2023				2024			
	p-Valor	β ajustado	95 CI		p-Valor	β ajustado	95 CI	
Norte	<0,001	-0,127	-0,656	-0,320	<0,001	-0,124	-0,592	-0,282
Nordeste	<0,001	-0,404	-0,905	-0,668	<0,001	-0,342	-0,719	-0,499
Centro oeste	<0,001	-0,237	-0,659	-0,456	<0,001	-0,204	-0,532	-0,345
Sudeste	<0,001	-0,273	-0,617	-0,439	<0,001	-0,243	-0,512	-0,347

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Na análise multivariada dos indicadores socioeconômicos, o IDHM e o salário médio foram positivamente associados com o ISP-RPPS em todos os períodos, e o PIB *per capita* se mostrou positivamente determinante a partir de 2022 (tabela 22). Dessa forma, pode-se observar uma forte interdependência entre o IDH-M e o salário médio e os valores de ISP-RPPS e que o PIB per capita começa a assumir essa importância a partir do ano de 2022.

Tabela 21 – Análise multivariada entre maturidade e o ISP-RPPS

ISP	2019				2020			
	p-Valor	β ajustado	95 CI		p-Valor	β ajustado	95 CI	
Maturidade	<i><0,001</i>	<i>-0,074</i>	<i>-0,182</i>	<i>-0,057</i>	<i><0,001</i>	<i>-0,066</i>	<i>-0,171</i>	<i>-0,048</i>

ISP	2021				2022			
	p-Valor	β ajustado	95 CI		p-Valor	β ajustado	95 CI	
Maturidade	<i>0,010</i>	<i>-0,050</i>	<i>-0,147</i>	<i>-0,020</i>	<i><0,001</i>	<i>-0,101</i>	<i>-0,233</i>	<i>-0,104</i>

ISP	2023				2024			
	p-Valor	β ajustado	95 CI		p-Valor	β ajustado	95 CI	
Maturidade	<i>0,002</i>	<i>-0,061</i>	<i>-0,172</i>	<i>-0,037</i>	0,770	0,006	-0,053	0,072

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em resumo, a análise multivariada demonstrou que todos os indicadores socioeconômicos são fortemente entrelaçados ao resultado do ISP-RPPS e independentes entre eles, conforme discutido nessa seção. Os coeficientes de colinearidade são fracos, mas ressalta-se que o IDH-M apresentou os maiores valores demonstrando que o índice de desenvolvimento humano e a qualidade dos RPPS são diretamente associados.

Tabela 22 – Análise multivariada entre os indicadores socioeconômicos e o ISP-RPPS

ISP	2019				2020			
	p-Valor	β ajustado	95 CI		p-Valor	β ajustado	95 CI	
IDH-M	<i><0,001</i>	<i>0,132</i>	<i>0,827</i>	<i>1,959</i>	<i><0,001</i>	<i>0,132</i>	<i>0,875</i>	<i>1,992</i>
PIB per capita	0,095	0,038	<0,001	<0,001	0,075	0,039	<0,001	<0,001
Salário médio	<i><0,001</i>	<i>0,149</i>	<i>0,158</i>	<i>0,323</i>	<i><0,001</i>	<i>0,175</i>	<i>0,210</i>	<i>0,372</i>

ISP	2021				2022			
	p-Valor	β ajustado	95 CI		p-Valor	β ajustado	95 CI	
IDH-M	<i><0,001</i>	<i>0,149</i>	<i>1,041</i>	<i>2,195</i>	<i><0,001</i>	<i>0,153</i>	<i>1,077</i>	<i>2,247</i>
PIB per capita	0,233	0,027	<0,001	<0,001	<i>0,008</i>	<i>0,061</i>	<i><0,001</i>	<i><0,001</i>
Salário médio	<i><0,001</i>	<i>0,158</i>	<i>0,178</i>	<i>0,346</i>	<i><0,001</i>	<i>0,140</i>	<i>0,147</i>	<i>0,318</i>

ISP	2023				2024			
	p-Valor	β ajustado	95 CI		p-Valor	β ajustado	95 CI	
IDH-M	<i><0,001</i>	<i>0,098</i>	<i>0,484</i>	<i>1,707</i>	<i><0,001</i>	<i>0,136</i>	<i>0,824</i>	<i>1,956</i>
PIB per capita	<i><0,001</i>	<i>0,086</i>	<i><0,001</i>	<i><0,001</i>	<i>0,008</i>	<i>0,063</i>	<i><0,001</i>	<i><0,001</i>
Salário médio	<i><0,001</i>	<i>0,119</i>	<i>0,115</i>	<i>0,293</i>	<i><0,001</i>	<i>0,139</i>	<i>0,134</i>	<i>0,299</i>

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Ao realizar a análise de *clusters*, foi-se encontrado como solução dois grupos distintos, um composto com 26 municípios e outro com 1.104, conforme tabela 23. As variáveis utilizadas para a clusterização hierárquica foram: número de servidores ativos, aposentados e pensionistas, total de segurados, IDHM, PIB *per capita* e salário médio.

Tabela 23 – Caracterização de ISP-RPPS nos clusters gerados

	Clusters	Média	Desvio Padrão	p-Valor	N
ISP 2019	1	1,75	0,80	0,005	2071
	2	2,19	0,69		26
ISP 2020	1	1,83	0,83	0,001	2081
	2	2,37	0,79		27
ISP 2021	1	1,80	0,82	0,082	2082
	2	2,07	0,87		27
ISP 2022	1	1,87	0,82	<0,001	2083
	2	2,52	0,94		27
ISP 2023	1	1,94	0,85	<0,001	2084
	2	2,56	0,80		27
ISP 2024	1	2,21	0,78	<0,001	2084
	2	2,74	0,81		27

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Em análise de clusterização hierárquica, o perfil encontrado no *cluster* 2 releva predominância de municípios da região Sudeste e com menor maturidade previdenciária para apresentação de bons resultados de ISP-RPPS. O p-valor 0,014 indica que há diferença estatística entre a distribuição por região dos dois *clusters*, bem como o p-valor 0,001 releva diferença significativa no grau de maturidade entre os *clusters*.

Tabela 24 – Caracterização do perfil de municípios nos clusters gerados

	Cluster		p-valor
	Cluster 1	Cluster 2	
Região			
Norte	115	0	0,014
	5,5	0,0	
Nordeste	541	1	
	26,0	3,7	
Centro Oeste	320	6	
	15,4	22,2	
Sudeste	539	13	
	25,9	48,1	
Sul	569	7	
	27,3	25,9	

Capital			
Não	2058	27	0,559
	98,8	100,0	
Sim	26	0	
	1,2	,0	
Porte			
Pequeno porte	1035	11	0,590
	50,0	40,7	
Médio porte	930	14	
	45,0	51,9	
Grande Porte	103	2	
	5,0	7,4	
Grupo			
Menor maturidade	1104	26	<0,001
	53,4	96,3	
Maior maturidade	964	1	
	46,6	3,7	

Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Conforme é possível observar, o perfil encontrado no cluster 2 não responde de forma satisfatória a um grupo padrão de municípios com características semelhantes o suficiente para representar os RPPS do país. O Brasil é um país de dimensões continentais e é difícil conseguir concatenar municípios com características semelhantes utilizando apenas poucas variáveis de estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os RPPS são de grande relevância para o bem estar econômico e social da população brasileira, sendo motivo de grande preocupação sua gestão e sustentabilidade. Nas últimas décadas, diversos problemas colocaram em xeque o seu equilíbrio financeiro e atuarial. Entendendo que os recursos financeiros disponíveis pelos órgãos públicos são limitados e precisam responder a um fim coletivo, são utilizados indicadores de diversas naturezas para ajudar a avaliar a qualidade das ações governamentais e as políticas públicas em curso.

O presente estudo buscou analisar a gestão municipal dos RPPS a partir do Índice de Situação Previdenciária (ISP-RPPS) e os indicadores socioeconômicos dos municípios do Brasil que possuem RPPS.

Com relação ao objetivo específico que se propõe a identificar performance histórica de desempenho do ISP-RPPS dos municípios estudados no período de 2019 à 2024, observou-se que aproximadamente 20% dos municípios brasileiros ainda possuem classificação “D”, apesar de haver melhoras significativas nos resultados ao longo do período estudado. A adequação dos municípios ao indicador de avaliação é um importante indicador dessa melhora.

Sobre o objetivo específico que buscou verificar discrepâncias dos ISP-RPPS e indicadores socioeconômicos entre regiões brasileiras, as capitais brasileiras apresentaram melhores resultados de ISP-RPPS, bem como indicadores socioeconômicos, sendo IDHM, PIB *per capita* e salário médio. Dessa forma, municípios com maior número de ativos e melhores índices de desenvolvimento possuem maior arrecadação previdenciária melhorando significativamente os resultados de ISP-RPP.

Houve uma correlação direta entre o IDHM, o PIB *per capita* e o salário médio e os resultados de ISP-RPPS, indicando que quanto melhor os indicadores socioeconômicos de um ente federativo, melhores os resultados de ISP-RPPS, sugerindo que a situação socioeconômica do município está atrelada à qualidade de sua gestão previdenciária.

Para o objetivo específico de observar o comportamento dos resultados encontrados por região geográfica e porte, viu-se que o Norte e Nordeste apresentaram piores desempenhos do ISP-RPPS, além de alta maturidade e municípios com menor porte. Resultados reforçados pelo descrito anteriormente mostrando que as regiões mais desenvolvidas apresentam melhores desempenhos do ISP-RPPS.

Apesar deste estudo possuir como limitação o caráter transversal da análise, não sendo possível estabelecer uma relação de causa-efeito, a presente pesquisa joga luz à

relevância da gestão pública para a sustentabilidade previdenciária que se mostra comprometida e que tem relevância direta com o bem estar social.

Conhecer esses índices é crucial para determinar se o bem estar social estará atrelado a um envelhecimento populacional de qualidade com qualidade de gestão adequada de recursos previdenciários. Pode-se esperar que municípios menos desenvolvidos apresentem pior desempenho, havendo a possibilidade de futuras intervenções nesses regimes incluindo até medidas mais drásticas como a dissolução e a absorção pelo sistema previdenciário nacional.

Além disso, outra limitação que pode ser citada é a utilização do indicador socioeconômico IDHM referente ao Censo 2010, tendo em vista a utilização dos demais indicadores, PIB *per capita* e salário médio municipais, referente ao Censo 2022. No entanto, essa é uma limitação de estudos com dados secundários.

Os dados disponíveis publicamente são aqueles que podem ser utilizados e o grande volume de dados compensa em parte essa deficiência. Índices como IDHM, PIB *per capita* e salário médio municipais sofrem pequenas variações em períodos curtos como o período estudado, garantindo confiança dos dados extraídos de fontes oficiais.

Para estudos futuros, sugere-se o estudo de coortes mais longos e que correlacionem os indicadores socioeconômicos de cada ano de acordo com o seu respectivo ISP-RPPS, bem como a utilização de outros indicadores que possam aprofundar o conhecimento da relação da gestão pública previdenciária e o bem estar social. Dessa forma, poderá ser estabelecida uma relação de causa-efeito sólida entre os indicadores e, por fim, sugerir melhoras baseadas em evidências cientificamente validadas.

Este estudo e a análise desenvolvida dos indicadores pode fomentar importantes políticas públicas voltadas a melhoria dos ISP-RPPS. A partir da identificação de fatores que possam melhorar os índices socioeconômicos de um município, é possível que o excedente de recursos municipais possa ser empregado para gestão de seus regimes de previdência. No entanto, é necessário que os municípios com os piores escores de ISP-RPPS passem por um processo de sensibilização do uso desses recursos cm esse fim. Este estudo permitiu de forma inédita a identificação do perfil de municípios que precisam desse suporte, contribuindo para políticas direcionadas que possam realizar esse suporte de forma otimizada

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A. P. L. de *et al.* Uma análise comparativa: dados sócios econômicos do Brasil, América Latina, OCDE e G20, os quais interferem diretamente na previdência. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v.20, n.38, p.108-138, 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (ANFIP). Apresentação. **In: FRANÇA, Álvaro Solón de et al. A Previdência social e a economia dos municípios**. Brasília: Anfip, 2019. Disponível em: <https://www.anfip.org.br/publicacoes/a-previdencia-social-e-a-economia-dos-municipios-2/>. Acesso em: maio de 2025.

CAMPANI, C. H. Impactos da Reforma da Previdência nos Déficits dos Planos de Contribuição Variável. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, ISSN 2238-5320, UNEB, Salvador/BA, v. 9, n. 3, p.107-133, set./dez, 2019.

BANCO MUNDIAL. **Charting a course towards universal social protection: Resilience, Equity, and Opportunity for All**. Word Bank Group. Washington, 2022. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/38031>. Acesso em maio de 2025.

BARROS FILHO, L. C. de; CÔRTEZ, C. A.; NOGUEIRA, J. M. Espaço Fiscal e capacidade de pagamento: novo olhar sobre a realidade fiscal dos estados brasileiros. **Razão Contábil e Finanças**, v.11, n.1, 2020.

BRAGA, C.; DOS SANTOS, G. P.; DE ARAUJO, L. R. P.; DE CASTRO, M. I. F. Regime Próprio de Previdência Social: evolução normativa no Brasil e no Ceará. **Conhecer: debate entre o público e o privado**, v.10, n.25, p.112-142, 2020.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, Presidente da República. Distrito Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 20 nov. 2023.

_____. **Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004**. Dispõe sobre a aplicação de disposições da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Lei/L10.887.htm. Acesso em: 20 de dezembro de 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores sociodemográficos e de saúde no Brasil. Coordenação de População e Indicadores Sociais**. 2009. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=283097>. Acesso em 20 de junho de 2021.

_____. **Nota Técnica SEI nº 1/2017/CODAE/CGACI/SRPPS/SPREV/MF**. Site da previdência. 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indicador-de-situacao-previdenciaria.>. Acesso em 12 out. 2023.

_____. Secretaria de Previdência. **Relatório Anual com Metodologia e Principais Resultados do ISP**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indicador-de-situacao-previdenciaria/arquivos/2020/indicador-de-situacao-previdenciaria-isp-2019-20200729.pdf>. Acesso em 20 de junho de 2023.

_____. Secretaria de Previdência. **Relatório Anual com Metodologia e Principais Resultados do ISP**. 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/previdencia-no-servico-publico/indicador-de-situacao-previdenciaria/arquivos/2020/IndicadordeSituaoPrevidenciariaISP2020REEDIO20201216.pdf>>. Acesso em 20 de junho de 2023.

_____. Secretaria de Previdência. **Relatório Anual com Metodologia e Principais Resultados do ISP**. 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indicador-de-situacao-previdenciaria/ISP2021RelatriodoIndicadordeSituaoPrevidenciaria20211209.pdf>>. Acesso em 20 de junho de 2023.

_____. Secretaria de Previdência. **Relatório Anual com Metodologia e Principais Resultados do ISP**. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indicador-de-situacao-previdenciaria/ISP2022RelatriodoIndicadordeSituaoPrevidenciaria.pdf>>. Acesso em 20 de junho de 2023.

_____. Secretaria de Previdência. **Relatório Anual com Metodologia e Principais Resultados do ISP**. 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/documentos/ISP2023ResultadoFinal.xlsx>>. Acesso em 03 de outubro de 2024.

_____. Secretaria de Previdência. **Relatório Anual com Metodologia e Principais Resultados do ISP**. 2024. Disponível em: <<https://www.gov.br/previdencia/pt-br/assuntos/rpps/indice-de-situacao-previdenciaria/ISP2024RelatrioIndicedeSituaoPrevidenciariaRevisado29112024.pdf>>. Acesso em 03 de dezembro de 2024.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: Fecundidade e migração: Resultados preliminares da amostra**. 2025. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores.html>. Acesso em 06 de agosto de 2025.

CAETANO, Marcelo Abi-Ramia. **Solvência fiscal de longo prazo dos regimes próprios de previdência dos estados e municípios**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/6638>

CALAZANS, F. F.; HIRANO, K. D.; SILVA, M. L. P.; ROCHA, P.; CAETANO, M. A. R. A importância da unidade gestora nos regimes próprios de previdência social: análise da situação dos estados e do Distrito Federal. **Revista de Administração Pública**, v.47, p.275-304, 2013.

CHAVARRY, T. S. V.; LIMA, D. V.; WILBERT, M. D. Indicador de Situação Previdenciária dos Regimes Próprios e seu Desempenho nos Entes Subnacionais Brasileiros. **In: Anais do XIX Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade**. 2019.

CHAVES, A. C. A.; THOMAZ, A. C. F. Gestão pública e pesquisa Operacional: avaliação de desempenho em Agências da Previdência Social. **Revista do Serviço Público Brasília**, v.59, n.2, p.221-236, Abr/Jun, 2008.

CHILIATTO-LEITE, M. V. Densidade de contribuição na previdência social do Brasil. Brasília: **CEPAL**. Série Estudos e Perspectivas, LC/TS.2017/109. 2017.

COMIN, D., RAMOS, F. M., ZUCCHI, C., FAVRETTO, J., FACHI, C. C. P. A transparência ativa nos municípios de Santa Catarina: avaliação do índice de atendimento à lei de acesso à informação e suas determinantes. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v.15, n.46, p.24-34, 2016.

CONSTANTINO, M., PEGORARE, A. B., & COSTA, R. B. D. Desempenho regional do IDH e do PIB per capita dos municípios de Mato Grosso do Sul, Brasil, entre 2000 e 2010. **Interações**, Campo Grande, v.17, p.234-246, 2016.

COSTANZI, R. N., ANSILIERO, G., PAIVA, L. H. Os mitos previdenciários no Brasil. **Informações Fipe**, n. 430, p. 8-13, 2016.

DANIEL, L. P.; SARAIVA, M. B. Fatores determinantes da distribuição dos salários por setor de atividade no Brasil. **Revista UNEMAT de Contabilidade**, Cáceres, v.9, n.17, 2020.

FAGUNDES, F. M.; CRUZ, V. L.; DOS SANTOS, R. R.. Condição Financeira através de Indicadores Baseados em Ativos e Passivos Atuariais: Uma Análise no Instituto de Previdência do Estado da Paraíba. **Revista de Contabilidade e Gestão Contemporânea**, v.1, n.1, p.3-15, 2018.

FARIAS, R. da S.; RODRIGUES, C. de M.; MEDEIROS, G. A. de; CUNHA, E. A. Avaliação da eficiência dos regimes próprios de previdência social (RPPS) a partir da metodologia DEA. **Revista de Economia**, v.43, n.1, p.115-142, jan./abr. 2016.

GIOVANINI, A.; CONCEIÇÃO, J. P. S. R.; ALMEIDA, H. J. F. Regimes próprios de Previdência Social: uma análise com base no índice de situação previdenciária. **Revista de Economia**, v.43, n.81, p.472-498, 2023.

GUIMARÃES, S. L. Ensaio a respeito da fragilidade do plano de custeio do Regime Previdência Social da União e a eminente falência do sistema protetivo. **Revista de Direitos Sociais, Seguridade e Previdência Social**, v.9, n.1, p.100-123, 2023.

HALL, A.; NEVES, C.; PEREIRA, A. **Grande maratona de estatística no SPSS**. Escolar Editora, 2011.

ÍNDICE DESENVOLVIMENTO HUMANO MUNICIPAL (IDHM). **Nações Unidas**: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, 2010. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/conceitos/o-que-e-o-idhm.html>. Acessado em maio/2025.

JARDIM, B. de F. L. A histórica dependência de ações federais na segurança pública no estado do rio de janeiro. **Revista Contemporânea**, v. 5, n. 2, p. e7471-e7471, 2025.

LEÃO, L.; RIBEIRO, H. M. D.; BASTOS, S. Q. D. A.; HERMETO, A. M. Indicador de desenvolvimento institucional municipal: impactos sobre a economia dos municípios brasileiros. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.50, n.4, p.733-766, 2020.

LEITE FILHO, G. A.; FIALHO, T. M. M. Relação entre indicadores de gestão pública e de desenvolvimento dos municípios brasileiros. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v.20, n.67, 2015.

LIMA, S. C. de; DINIZ, J. A. **Contabilidade Pública: Análise Financeira e Governamental**. São Paulo: Atlas, 2016.

LIMA, J. F. de; ALVES, L. R.; EBERHARDT, P. H. de C.; DEL BIANCO, T. S. Mensurar as desigualdades regionais no Brasil: proposta metodológica. **In: V SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL**, Santa Cruz do Sul, RS, Brasil. *Anais...* 2011.

LOPREATO, F. L. C. Finanças estaduais: alguns avanços, mas... (os exemplos de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul). **Econômica, Rio de Janeiro**, v. 10, n. 2, p. 187-214, 2008.

MARCONATO, M.; PARRÉ, J. L.; COELHO, M. H. Dinâmica financeira dos municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v.55, p.378-394, 2021.

MATOS, P. R. F.; MELO, F. de S. P.; SIMONASSI, A. G. Análise de solvência do regime geral da previdência social no Brasil. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 43, p. 301-333, 2013.

MARCONATO, M.; COELHO, M. H. O IDHM dos municípios brasileiros sob a perspectiva da análise exploratória de dados espaciais. **Economia & Região**, v. 7, n. 2, p. 49-68, 2019.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R.. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MERCÊS, G.; FREIRE, N. Crise fiscal dos estados e o caso do Rio de Janeiro. **Geo Uerj**, n. 31, p. 64-80, 2017.

MIRANDA, R. B.; MEDEIROS, O. L.; CASTRO, K. F. P. Regimes próprios de previdência social: uma análise com base no índice de situação previdenciária. **Revista de Economia**, v.47, n.2, p.45-67, 2021.

NERIS, L. G. D. Regime de previdência complementar do servidor público federal e a possibilidade de conservação do regime jurídico anterior. **Revista Avant**, v.5, n.2, 2021.

NERY, P. F. **GRÉCIA E BRASIL: um exercício de comparação de regimes previdenciários**. Brasília. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2017.

NOGUEIRA, N. G. **O equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS: de princípio constitucional a política pública de Estado**. Ministério da Previdência Social. Brasília, 2012.

OLIVEIRA, R. R. Regimes previdenciários: principais fatores que impactam sua gestão. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, v.33, n.4, 2016.

QUINTANILHA, D. F.; PROFETA, G. A.; MÉRIDA, S. M. A.. Análise do saldo do Regime Geral da Previdência Social no Brasil: afinal, existe déficit ou superávit? **Caderno de Ciências Sociais Aplicadas**, Vitória da Conquista/BA, v. 16, n. 27, p. 1-20, jan./jun. 2019.

REIS, F. T. Razão de dependência e IDHM: utilizando Análise de Agrupamento para caracterizar municípios brasileiros de Minas Gerais. In: ANALES DEL X CONGRESO ALAP,

2022, Valparaíso. **Anais eletrônicos.**, Galoá, 2022. Disponível em: <https://proceedings.science/alap-2022/trabalhos/razao-de-dependencia-e-idhm-utilizando-analise-de-agrupamento-para-caracterizar?lang=pt-br>. Acessado em maio/2025.

REIS, A. K. M. dos; CASAGRANDA, Y. G. A previdência social brasileira e a sustentabilidade financeira dos seus regimes: sistematização da teoria. **Revista Gestão em Análise**, v.12, n.2, p.67-84, 2023.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S.; WANDERLEY, J. C. V. W.; CORREIA, L. M.; PERES, M. H. M. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3.ed. rev. ampl. São Paulo (SP): Atlas, 2008.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: McGraw Hill. 2013.

SILVA, C. R. M.; CRISÓSTOMO, V. L. Gestão fiscal, eficiência da gestão pública e desenvolvimento socioeconômico dos municípios cearenses. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.53, p.791-801, 2019.

SILVA, A. R. P.; SILVA, M. C.; SOUZA, F. J. V.; SILVA, J. D. G. Gastos públicos na melhoria da qualidade de vida: avaliação de funções de governo dos 40 municípios melhores classificados no IDHM. **Revista de Administração e Contabilidade da UNIFAT**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 5–21, 2017.

SILVA, E. L. da; MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4.ed. Florianópolis: UFSC, 2005.

SILVA, A. C. da; SANTOS, O. M. dos. Regimes Próprios de Previdência Social: Uma Análise à Luz do Isomorfismo Institucional. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 12, n. 4, [s.p.], 2020.

SÖTHER, A.; VISENTINI, M. S.; KEGEL, P. L. Indicadores demográficos e socioeconômicos: Relações com a gestão dos recursos e índices de desenvolvimento municipais. **Práticas de Administração Pública**, Santa Maria, v.2, n.1, p.63-84, 2018.

SOUZA, S. de C. I. de; ALMEIDA, C.; GOMES, M. R. Efeitos da segmentação regional nos salários dos trabalhadores do Nordeste e Sudeste do Brasil. **Interações**, Campo Grande, v.23, n.4, p.1051–1067, 2022.

VIEIRA, S. **Introdução à bioestatística**. Elsevier Brasil, 1997.